PUC RIO

MARTA REZENDE CARDOSO

IDENTIFICAÇÃO: DA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA ENTRE "REALIDADE PSÍQUICA E "REALIDADE EXTERNA"

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Rio de Janeiro, maio 1990

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea
CEP 22453-900 Rio de Janeiro RJ Brasil
http://www.puc-rio.br

N.Cham. 150 C268i TESE UC
Autor Cardoso, Marta Rezende.
Título Identificação : da articulação necessaria entre "realidad

Ex.2 PUC-Rio - PUCB 00042759

MARTA REZENDE CARDOSO

IDENTIFICAÇÃO: DA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA ENTRE "REALIDADE PSIQUICA" E "REALIDADE EXTERNA"

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA DA PUC/RJ COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM PSICOLOGIA.

ORIENTADORA: ANNA CAROLINA LO BIANCO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO, MAIO/1990

UC 96866-3

AC: 26653

R/d

PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
2906
BIBLIOTECA
20/07/90
DO RIO DE JANEIRO

42750

150
C268i
TESE UC

A

Dudu e Flavinho

AGRADECIMENTOS

À Anna Carolina Lo Bianco, orientadora desta dissertação, por sua valiosa contribuição.

Ao Departamento de Psicologia da PUC/RJ e à CAPES, pela formação profissional.

À Regina Landim, pela enriquecedora supervisão de casos clínicos.

Aos amigos que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração deste trabalho, especialmente à Sylvio Goldfeld.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é o de fazer um estudo teórico-clínico sobre o tema de identificação.

Partimos de um ponto de vista segundo o qual esse processo pode ser pensado tendo em vista a articulação entre a "realidade psíquica" e a "realidade externa" na teoria psicanalítica.

A constituição do sujeito se dá em um registro relacional e a sua história psíquica é organizada através de múltiplas e fracionadas identificações. O processo de identificação constitui segundo a nossa abordagem um trabalho de historização. Estamos interessados nesta face do processo.

Temos, no entanto, o cuidado de evitar uma visão reducionista do papel exercido pelo "outro relacional" na constituição do sujeito. Nesta análise é necessária uma relativização de acordo com as possibilidades que o sujeito tem de criar inúmeras combinações face aos enunciados identificatórios. Sendo assim, este não é um processo de uma única direção, de fora para dentro, o que reduziria bastante a complexidade do problema.

Pensamos que esta é uma questão para a psicanálise, cuja repercussão sobre o trabalho clínico nos parece ser da maior importância.

RESUMÉ

Le but de ce travail est de faire une étude théorique-clinique sur le thème de l'identification.

Nous partons d'un point de vue suivant lequel ce processus peut être pensé en tenant compte de l'articulation entre la "realité psychique" et la "realité extérieure".

La constitution du sujet a lieu dans une registre relationnel et son histoire psychique est organizée au moyen d'identifications multiples et fraccionées. Le procès d'identification constitue suivant notre abordage un travail d'historisation. Nous sommes interessés à cette facette du processus.

Nous sommes toutefois soucieux d'éviter une vision rédutioniste du rôle exercé par "l'autre relationnel" dans la constitution du sujet. Dans cette analyse, il faut le relativiser vu les possibilités que le sujet a de créer de nombreuses combinaisons face aux énoncés identificatioires. Ce processus dont nous parlons n'est pas à sens unique, de dehors vers l'intérieur, ce qui d'ailleurs en réduirait la complexité du problème.

Nous pensons qu'il s'agit d'une question pour la psychanalyse qui, tout en étant théorique, nous intéresse en raison de la portée de ses effets dans le domaine clinique.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO. 1

2 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA DA IDENTIFICAÇÃO (A ENTRADA EM CENA DO CONCEITO DE NARCISISMO). . . 11

3 - O CONCEITO DE IDENTIFICAÇÃO EM FREUD. 32

3.1 - Identificação e Formação de Sintomas. . . 33

3.2 - Identificação e Narcisismo. 36

3.3 - Identificação e Escolha de Objeto 40

3.4 - Identificação, Ego e Superego (Ideal de Ego). 44

4 - IDENTIFICAÇÃO E A ARTICULAÇÃO REALIDADE PSÍQUICA/REALIDADE EXTERNA. 52

4.1 - Discussão Teórica 52

4.2 - Discussão Clínica 70

5 - CONCLUSÃO 93

BIBLIOGRAFIA. 98

INTRODUÇÃO

> "...não é possível admitir uma neutralidade do teórico em relação ao desenvolvimento da teoria. Seu interesse, ligado à sua biografia, está também determinado pelo contexto cultural".
>
> Anna Carolina Lo Bianco.

Nosso objetivo, nesta dissertação é apresentar uma reflexão sobre o *conceito de identificação* tendo em vista a *articulação da "realidade psíquica" e da "realidade externa"* na teoria psicanalítica. Como introduzirmos, de maneira rigorosa, a dimensão da realidade sócio-cultural no registro da realidade psíquica?

Inicialmente, precisamos observar que estamos conscientes de que a noção de realidade psíquica bem como a de realidade externa constituem em si um campo problemático e que não são de ampla aceitação, são discutíveis. É justamente nesta discussão que queremos entrar já que esse é um campo de estudo que necessita de um maior esclarecimento. Observamos também que estamos voltados para a perspectiva de uma articulação cujos termos são indissociáveis. No entanto, encontramo-nos diante da imposição que o discurso teórico coloca, de ter que inevitavelmente separar, para efeito de exposição, aquilo que é inseparável. O mais essencial é não perdermos de vista que esse é apenas um recurso didático com o qual qualquer reflexão analítica se vê confrontada.

O estudo que fazemos sobre o conceito de identificação tem um caráter especial. Este tema, assim com vários outros

da teoria psicanalítica, foram sempre pensados em relação à "realidade psíquica". Queremos elaborar este conceito no que ele possibilita e traz em si próprio a idéia de uma articulação necessária entre realidade psíquica e realidade externa, realidade sócio-cultural. Esta idéia, entretanto, não está presente de forma explícita nos vários autores até aqui pesquisados, apontando, então, a necessidade de se explicitar essa articulação. Percebemos um duplo movimento de construção na teoria psicanalítica: a existência de uma certa *constância conceitual*, que no entanto exige permanentemente a consideração de elementos de *variação contextual*.

Colocamos a nossa questão, fazendo referência ao trabalho de Velho (1981) sobre a construção de projetos individuais em sociedade complexas. Essa referência é importante pelo fato de ter sido este trabalho um dos que marcaram a origem de nosso percurso teórico nessa dissertação. Estamos atentos ao fato de que este autor está dirigido a um campo diverso do nosso, que trata de uma sociologia dos projetos individuais, mas suas idéias vêm ao encontro de nossa reflexão. O autor se refere ao campo psicanalítico, nesse trabalho, observando que esse é "inevitavelmente marcado e balizado culturalmente. Suas referências, seus padrões de normalidade, sua avaliação de trajetórias e bem-estar pessoal estão inseridas em uma visão de mundo comprometida com certas idéias de eficiência ..."(Velho, 1981, pag. 30). Lembra também que o interesse no estudo dessas injunções entre a realidade psíquica e a realidade externa, como nós estamos tratando o problema, vêm sendo pouco explorado, sendo os elementos de realidade externa encarados ape

nas como fatores residuais ou, no máximo, como fatores complementares.

Segundo Velho (1981), o projeto individual é elaborado dentro de um campo de possibilidades cuja circunscrição histórico-cultural é inevitável, na medida em que em qualquer cultura há uma limitação no repertório de temas, prioridades e paradigmas culturais dominantes.

O ponto mais interessante para nós de sua colocação é que embora nela haja a preocupação de contextualizar a construção de "projetos individuais", existe o reconhecimento de algo irredutível atuando no que ele denomina de biografias específicas, sem, entretanto chegar a um pensamento essencialista. O autor faz referência então à uma combinação única de fatores psicológicos, sociais, históricos, impossível de ser repetida.

Este trabalho nos forneceu alguns elementos para pensarmos a singularidade do sujeito e o seu processo de constituição, tendo em vista a questão de sua localização histórico-social. No entanto, o que de um ponto de vista psicanalítico tem que ser acrescentado é a dimensão do que chamamos *o inconsciente*, o que faz com que o conceito de sujeito ganhe uma especificidade que só pode ser emprestada pelo discurso psicanalítico, que reconhece uma clivagem em sua constituição. Sem esta perspectiva cairíamos em uma visão historicista, perdendo a noção de singularidade do sujeito e de seu caráter não unificado. Nesse sentido, a nossa questão está circunscrita ao campo estritamente *psicanalítico* e não ao sociológico ou ao antropológico.

Começamos a nos interessar pelo problema, fundamental

mente a partir da preocupação com a eficácia terapêutica. Acreditamos que ocupar o lugar de psicanalista implica necessariamente em uma reflexão sobre o exercício dessa função, com todas as repercussões teóricas e clínicas envolvidas. Diante deste tema, a controvérsia entre os psicanalistas é grande. Eficácia terapêutica parece ser um campo bastante abstrato. Há aqueles para quem sequer se coloca a questão, uma vez que a psicanálise se caracteriza exatamente pela não-presença de um objetivo a ser alcançado.

Há também, a complexidade do próprio objeto da psicanálise - o inconsciente - e das formas de sua "apreensão", como a transferência, que tornam a questão da eficácia um tanto árida e difícil de ser conceitualizada. Entretanto, a nosso ver, este é um problema a ser enfrentado. Existe uma demanda terapêutica de sujeitos que apresentam uma sintomatologia, e que sofrem na sua relação com a própria economia pulsional e com elementos de sua realidade. Sofrimento psíquico não é abstração, mesmo que sua manifestação não seja da ordem do visível ou do tocável. No entanto, não é o caso de considerarmos a preocupação com a eficácia terapêutica como sendo caracterizada por um "espírito messiânico". Trata-se apenas de reconhecer que a prática psicanalítica produz efeitos sobre o psiquismo do sujeito, que incide sobre o seu sofrimento e que ao fazê-lo aponta uma série infinita de questões.

Não estamos interessados aqui em aprofundarmos ou mesmo em discutirmos o conceito de "cura" em psicanálise, apesar de sua enorme importância, porque nos afastaríamos de nossa principal questão, já suficientemente árdua. Mas queremos

enfatizar que o nosso trabalho possui uma direção que, em última instância, tenta oferecer uma contribuição de efeitos práticos. Que ele possa servir à melhor compreensão da constituição do sujeito face à realidade sócio-cultural e que venha a trazer elementos para uma psicanálise comprometida com uma "escuta" mais atenta à história singular dos sujeitos.

Com relação ao objetivo que temos, vale dizer que este não se afasta das formulações clínicas como as de Aulagnier (1984) quando afirma que o psicanalista pode apenas prescrever uma trajetória que favorece a modificação dos termos do conflito. Evidentemente que esta trajetória está junto com o conhecimento que o sujeito vai adquirindo sobre enigmas relativos ao seu desejo, conhecimento este bastante peculiar já que o sujeito não demanda nem terá uma nova concepção sobre o homem, mas ele apresenta um vivido, que se mostra na relação transferencial. Nas próprias palavras da autora:

> "É esse vivido (que nós nomeamos "transfert") que ele trará e somente ele poderá trazer um conhecimento não sobre *O Desejo, O tempo, A Realidade*, mas certamente sobre a singularidade de sua própria história libidinal, de sua própria relação com o desejo, com o passado, com o futuro, com a realidade"
>
> (Aulagnier, 1984, pg. 09)

É nessa vertente que situamos a posição teórico/clínico que assumimos na qual a *singularidade do sujeito*, a especificidade de sua *história identificatória* constitui o nosso propósito maior.

O trabalho que realizamos é de caráter eminentemen

te "teórico". Vale dizer, se dirige à elaboração de conceitos e sua articulação rigorosa no corpo da teoria. A teoria psicalítica é uma construção que se dá no plano conceitual e que, portanto, procura, a partir de alguns pressupostos acerca do funcionamento psíquico dar conta do que se denomina a subjetividade. Entretanto, a teorização pretendida exige e encontra um ponto de apoio na "realidade empírica", principalmente na situação clínica. Esta é orientada e por sua vez orienta as referidas conceituações num processo dialético que vai permitindo com que a construção tenha um aspecto inteiramente pragmático. É, pois, nisto que pode ser considerado o trabalho de base, constante, de uma teoria como a psicanalítica, que guiará o nosso trabalho.

Tendo em vista, portanto, questões da clínica e especialmente de impasses que se colocam à sua eficácia no atendimento de *sujeitos históricos particulares* é que delineamos a nossa trajetória.

Não será nossa tática examinarmos as questões de caráter técnico. Não se trata aqui de buscarmos uma especificidade na modalidade de tratamento, mas justamente queremos entrar nas considerações teóricas que possivelmente venham a justificá-la. Freqüentemente se cai em um círculo vicioso que queremos evitar, onde a técnica é pensada como desligada, autônoma em relação ao corpo teórico da psicanálise.

Pensamos também que uma certa dissociação teoria/clínica parece caracterizar algumas posições presentes no campo da transmissão da psicanálise. Não é tão raro encontrarmos no

meio psicanalítico uma divisão entre teóricos e clínicos que acabam sendo situados em "times" diferentes.

Aulagnier (1984), novamente, aborda este tema da maneira exemplar, através da crítica que faz a um certo entendimento errôneo da noção de "sujeito suposto saber" de Lacan, que segundo ela sofreu uma estranha transformação, produzindo a impressão de que para alguns a difinição de analista deveria ser formulada nos termos de "sujeito suposto ignorante", onde a função de analista é designada pelo "suposto", funcão essa que implicaria numa separação entre a teoria "oficialmente" valorizada e a prática que parece sofrer, nessa visão distorcida, dos danos deste próprio conhecimento. Vale a pena uma citação mais extensa da autora sobre este tópico:

> "A prática analítica se torna de maneira inesperada a prova de uma impossível aliança entre o pensamento teórico e o ato prático. Na melhor das hipóteses, graças a um mau uso da máxima socrática, a teoria não tem outra função que a de provar ao analista não somente que ele não sabe, mas que ele deve nada saber se ele quer poder escutar. Por uma estranha metamorfose, é o conhecimento que se transforma num perigoso "feiticeiro" vindo nos barrar todo o acesso ao inconsciente transformado em único detentor da única e total verdade".
>
> (Aulagnier, 1984. pg. 05)

Aulagnier aponta dois riscos extremos: em primeiro lugar, a negação da decepção que se pode experimentar face aos obstáculos na clínica, em função de uma valorização megalomaníaca da teoria. Em segundo, a desvalorização do conhecimento teórico, por conta de um "dom" (!) que ela pergunta se inato, suficiente para conduzir o sucesso da experiência analítica.

Em nosso trabalho estamos atentos à essa *articulação teoria-clínica*. Ao desenvolvermos uma reflexão sobre o processo de identificação no sujeito temos em vista essa perspectiva. Consideramos que a relação existente entre a realidade psíquica/realidade externa coloca questões fundamentais à teoria psicanalítica cuja repercussão sobre o trabalho clínico nos parece ser da maior importância. Julgamos absolutamente etéreo o tipo de discurso que considera a psicanálise como estando "acima" desse campo de questões.

O conceito de identificação constitui, segundo a abordagem que utilizamos, um trabalho de *historização*. Estamos interessados nesse aspecto do processo. Há algo que antecede à atividade psíquica do sujeito e para que este funde a sua própria história é preciso uma via de acesso ao que lhe é anterior (Aulagnier, 1984). A constituição do sujeito se dá em um registro necessariamente relacional, através de múltiplas e fracionadas identificações.

> "A noção de identificação, noção central da segunda tópica freudiana introduz necessariamente um outro no campo da constituição do inconsciente. Ela constitui a operação fundamental pela qual as relações intersubjetivas desempenham um papel capital na estruturação do sujeito".
>
> (Nicéas, 1984, pg.55)

Pretendemos sublinhar o papel da intersubjetividade no processo identificatório sem, no entanto, cair numa visão reducionista que retiraria a dimensão de criatividade do sujeito face aos enunciados identificatórios.

A construção da subjetividade se dá num espaço de discurso, espaço de realidade no qual o sujeito deverá se situar. Interessa-nos essencialmente a reflexão sobre o efeito de encontro próprio dos mecanismos identificatórios. Efeito que coloca em cena necessariamente dois níveis de discurso: discurso do "outro significativo", discurso parental que ao mesmo tempo inscreve o sujeito no discurso sócio-cultural onde deverá estar situada a palavra materna e paterna. Este jogo identificatório, jogo complexo de diversos níveis de significações é o objeto principal de nossa investigação, pelo qual nos dirigimos à questão da articulação realidade psíquica/realidade externa.

Encontramos no pensamento freudiano a origem dessas questões. Por esta razão iniciamos o nosso trabalho por um estudo histórico-conceitual de alguns aspectos da trajetória de Freud a partir da entrada em cena do conceito de Narcisismo. Como viremos a mostrar, a análise desse período nos fornece os elementos básicos para a contextualização do tema da identificação na teoria psicanalítica e algumas indicações para pensarmos a própria articulação interno/externo.

Em continuidade a esse estudo, dedicamos um outro capítulo ao conceito de identificação propriamente dito, mais uma vez usando como referência central os textos de Freud. Seguimos o desenvolvimento do conceito de identificação a partir do seu aparecimento até o momento em que ele se torna estratégico na teoria. Ao acompanharmos o desenvolvimento deste conceito tivemos a intenção de fornecer um embasamento teórico à discussão que a ele se segue. Tivemos o cuidade de selecionar os pontos mais relevantes, de acordo com uma leitura atenta às questões

que nos interessam mais.

No capítulo seguinte realizamos a discussão de nossa idéia principal, a articulação realidade psíquica/realidade externa, sendo o conceito de identificação o eixo básico em torno do qual construímos a nossa argumentação. Estabelecemos essa discussão em dois níveis: primeiramente, uma reflexão de caráter teórico, seguida pela apresentação de um caso clínico. Dessa maneira, efetivamos a nossa proposta inicial de imprimir a esse trabalho um caráter teórico-clínico, bem como de estarmos atentos à perspectiva da singularidade.

2 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA DA IDENTIFICAÇÃO (A ENTRADA EM CENA DO CONCEITO DE NARCISISMO)

Iniciamos nosso trabalho com uma análise do percurso teórico de Freud a partir da entrada em cena do conceito de narcisismo e a profunda transformação que se dá em seu pensamento a partir daí e que será posteriormente por ele sistematizada na segunda teoria do aparelho psíquico e na nova teoria das pulsões.

O caminho não é simples, dado à multiplicidade dos elementos aí envolvidos, mas temos aqui o intuito específico de contextualizar o tema da identificação no pensamento freudiano para que possamos compreendê-lo como articulado na rede conceitual da teoria psicanalítica e não isoladamente, já que esse conceito faz parte, intrinsecamente, dessa reviravolta teórica. Diga-se, de passagem, que embora de caráter conceitual, essa mutação está diretamente vinculada à dimensão clínica da psicanálise no que diz respeito às questões por essa colocados bem como da evolução das técnicas utilizadas no tratamento.

Mostraremos então neste primeiro capítulo o desenvolvimento teórico em direção ao conceito de identificação e a exigência que este faz à teoria psicanalítica de um completo remanejamento. Dentro disto, o papel concedido ao ego muda totalmente de figura e a relação inconsciente/ego, marcada anteriormente pela oposição, tem que ser repensada. Basicamente, trata-se de mostrar que a "nova" teoria é caracterizada pela maior problematização da noção de limite interno/externo, tendo o ego um lugar próximo ao que poderíamos chamar de tangen

cial. A distinção interno/externo, de certa maneira, passa a regular o funcionamento do modelo do aparelho psíquico e abre a perspectiva de pensarmos uma articulação mais consistente da realidade psíquica e da realidade externa Esta articulação, a nosso ver, Freud tentou incansavelmente fazer, mas em vários pontos algumas questões foram deixadas em aberto. Pretendemos partir destas questões para desenvolver o nosso trabalho.

O percurso por nós escolhido é de primeiramente descrever de um ponto de vista histórico-conceitual alguns importantes passos dados por Freud durante esse período que consideramos decisivo no que concerne à mudança teórica que temos por objeto. No entanto, temos o cuidado de observar mais uma vez, a dificuldade deste nosso projeto face à rica multiplicidade de ângulos de abordagem possíveis. Porém devemos escolher uma alternativa a realizar, sabendo que ao fazê-lo necessariamente deixamos de fora outras formas de entrada no problema.

O primeiro traço desta nova fase, a da fundação do conceito de narcisismo, que abre uma nova análise da estrutura e do funcionamento psíquico, nos é indicada por Bercherie(1983) que o localiza na 5ª das cinco Conferências realizadas por Freud nos Estados Unidos no ano de 1909. O novo tema que se delineia é, segundo o autor o "da polaridade de uma adaptação ao real concebida como uma tensão na ação ("aloplastia", dirá Freud mais tarde) e de um refúgio patogênico no mundo interior das fantasias onipotentes ("autoplastia") (pg. 315)

Vejamos como Freud coloca a questão:

> "Vemos que os indivíduos adoecem quando por obstáculos exteriores ou ausência de adaptação interna lhes falta na *realidade* a satisfação das necessidades sexuais. Observamos que então se refugiam na *moléstia*, para com auxílio dela encontrar uma satisfação substitutiva ... No distanciar da realidade reconhecemos também a tendência principal e ao mesmo tempo o dano capital do estado patológico" (Freud, 1909a, pg. 46)

Freud dá continuidade a esse tipo de abordagem em outro texto essencial neste momento: "Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental" de 1911. Este artigo visa distinguir o princípio do prazer do princípio de realidade e de estabelecer a sua relação com os processos mentais primário e secundário. O artigo é já iniciado com a afirmação de que o propósito da neurose é o de alienar o indivíduo de uma parte da realidade. É importante aqui ressaltarmos que neste ponto a diferenciação entre neurose e psicose é entendida a partir de uma graduação, ou seja, diz respeito à intensidade desse afastamento da realidade.

Mas voltemos aos sistemas de funcionamento psíquico e observemos que Freud mostra que um sistema não substitui o outro, já que o princípio do prazer persiste, dominando o funcionamento da pulsão sexual que fica ainda muito tempo sob o seu domínio. A pulsão sexual é assim considerada como tendendo a um funcionamento autístico, desadaptado, na direção de um modo de satisfação auto-erótico e fantasmático.

Embora ainda opondo o ego às pulsões sexuais, Freud começa a introduzir alguns indícios de uma nova concepção do ego quando nos fala das suas transformações - de "ego-prazer" para "ego-realidade". O texto segue com o tema da regressão,

agora já não tão claro no que se refere à exclusividade da libido nesse processo; o ego também fica inibido no seu desenvolvimento e este é o ponto que mais nos interessa no texto neste momento.

> "Se estamos certos em pensar que cada passo destes dois cursos de desenvolvimento pode tornar-se local de uma disposição à doença neurótica posterior, é plausível supor que a forma assumida pela doença subseqüente (a escolha da neurose) dependerá da fase específica de desenvolvimento do ego e da libido na qual a exibição disposicional do desenvolvimento ocorreu" (Freud, 1911a, pg. 284)

Já em 1910, no artigo "A concepção psicanalítica da perturbação psicogênica da visão", havia feito a distinção entre pulsões sexuais e pulsões do ego, afirmando que:

> "uma parte extremamente importante é desempenhada pela inegável oposição entre as pulsões que favorecem a sexualidade, a consecução da satisfação sexual, e as demais pulsões que têm por objetivo a auto preservação do indivíduo: as pulsões do ego" (Freud, 1910a, pg. 199).

A questão que aqui se coloca é de que o mesmo termo, "pulsão" designa ambos os processos. Sendo assim, o ego, antes visto como um dos polos do conflito defensivo, tem agora um suporte pulsional, estando relacionado às pulsões de auto-conservação.

Freud continua esse caminho de maior complexificação da noção de ego, em "Tipos de Desencadeamento da Neurose"(1912). Refere-se a quatro tipos de entrada na neurose e aborda, dentre outras, a questão das dificuldades encontradas pelo indivíduo diante das exigências da realidade, colocadas aqui enquanto obstáculos internos e externos. A partir deste texto, a pa

lavra "frustração" é por ele utilizada como a principal causa desencadeante da neurose, introduzindo este termo agora tentando abarcar tanto os obstáculos internos como externos. Trata-se de mostrar que "a patologia não poderia fazer justiça ao problema dos fatores precipitantes nas neuroses enquanto estivesse simplesmente preocupada em decidir se estas afecções eram de natureza "endógena" ou "exógena"" (Freud, 1912, pg. 298).

Refere-se à possibilidade de que a libido seja "introvertida", virando as costas à realidade, voltando-se para a fantasia, sugerindo assim um curso retroativo. A doença assim é concebida como resultante das dificuldades do indivíduo diante da realidade. O problema da dimensão fantasmática é redimensionado, segundo Bercherie (1983), que nos mostra que se a questão do fantasma já estava presente em Freud desde o abandono da teoria da sedução (teoria do trauma) é só a partir desses novos elementos que ela passa a ser concebida "como uma das vertentes da atividade psíquica na sua mediação entre a pulsão e a realidade" (Bercherie, 1983, pg. 316)

Ora, o que nos parece aqui importante quanto à noção de ego é que Freud se refere claramente a uma patologia "da personalidade"; nos seus termos, à importância do fator da "individualidade peculiar do sujeito". Embora ainda mantenha a importância da teoria do desenvolvimento da libido, no sentido apresentado anteriormente nos "Três Ensaios" (1905a), esta já não lhe basta para o esclarecimento da questão da neurose. O ego ganha uma nova perspectiva e a teoria sobre o narcisismo anuncia-se, mudando toda a perspectiva de articulação entre a dimensão interna e externa ao psiquismo.

Toda a problemática do narcisismo já havia sido iniciada a partir da polêmica de Freud com a Escola de Zürick, principalmente com Jung e foi o tema da psicose que, em última instância, justificou a sua emergência. Com relação à teoria da libido, Jung questiona o valor exclusivo de uma energia sexual envolvida no processo da psicose (não-esquizofrênica) e sugere que seria no ego que se poderia buscar a origem da patologia. Freud acaba incorporando em sua teoria a própria polêmica, sendo que ao invés de dela retirar o interesse e a importância da sexualidade irá estendê-la, sexualizando o próprio ego através da perspectiva do narcisismo. O conceito de narcisismo oferece uma alternativa à "libido" não sexual de Jung.

Entretanto, essa mudança substancial exige novas alterações na teoria das pulsões e a transformação possui assim um tom global. Antes, a concepção dualista do conflito era marcada pela oposição *clara* entre pulsões sexuais e as pulsões de autoconservação (pulsões do ego), tendo as primeiras como energia a libido e as segundas o "interesse", que visa a autoconservação. A partir de agora, com o desenvolvimento do conceito de narcisismo, essa oposição começa a ser remanejada, já que as pulsões sexuais podem retirar a libido investida nos objetos fazendo-a retornar ao próprio ego.

Segundo Mezan (1982), a dualidade entre pulsões sexuais e pulsões de autoconservação permanece, apesar dessa mudança, uma vez que a expressão usada por Freud de "libido do ego" designa o fenômeno da pulsão sexual tomar como objeto o ego, mas mantendo a vinculação deste último com a preservação do indivíduo, ou seja, sendo o ego ainda correlato das pulsões de autoconservação.

O conceito de ego, antes impreciso e identificado em seu significado ao "eu" genérico,parece agora estar em transição para um ego tópico, a partir também da conceituação sobre o narcisismo.

A primeira menção do termo "narcisismo" é feita em uma nota de rodapé, publicada em 1910 numa nova edição dos "Três Ensaios" e no mesmo ano Freud retorna ao tema quando da publicação do livro sobre Leonardo da Vinci; nos dois casos abordando a questão do homossexualismo. Mas é na análise do caso Schreber (1911b), contemporâneo dos "Dois Princípios do funcionamento mental" que o conceito começa a ser aprofundado e articulado na sua teoria.

"Pesquisas recentes dirigiram nossa atenção para um estádio do desenvolvimento da libido, entre o auto-erotismo e o amor objetal. Este estádio recebeu o nome de narcisismo" (Freud, 1911b, pg. 82)

Freud, na análise do caso Schreber percebe a relação entre a homossexualidade enquanto escolha de objeto narcísico e o fenômeno da paranóia, elo essencial para o desenvolvimento de suas novas concepções. É este o ponto que lhe possibilita retomar a importância do fator sexual no desenvolvimento da paranóia. Entende-a assim como resultante do mecanismo da libido no estágio do narcisismo.

Inicialmente o conceito de narcisismo fica "limitado" a uma compreensão ao nível da teoria do desenvolvimento libidinal. Mas vejamos como esse tema já abordado no caso do Pequeno Hans (1909b), vem sendo trabalhado no texto de 1913, "A disposição à neurose obsessiva", onde o tópico das "organi

zações pré-genitais" da libido é inserido numa visão mais histórica, como sucessão de etapas, em que cada uma delas possui uma lógica própria e diz respeito a uma especificidade no modo de organização do ego e da relação objetal.

Diante desse pano de fundo, como fica o estatuto do conceito de narcisismo? Freud parece ir além do lugar ocupado por este conceito no desenvolvimento sexual e penetra na problemática das relações entre o ego e os objetos externos, estabelecendo a nova distinção entre "libido do ego" e "libido de objeto". "A libido do ego" designa não uma libido que *emana* do ego mas uma libido *investida* no ego, enquanto libido objetal designa o investimento da libido sobre objetos externos" (Garcia-Roza, 1987 , pg. 126, grifo nosso). Freud dá a essa dinâmica entre esses dois novos pólos uma outra concepção energética que reconhece a permanência de um investimento libidinal no ego. Essa permanência desloca o pensamento freudiano de uma perspectiva evolutiva para uma perspectiva estrutural.

"Assim, formamos a idéia de que há uma catexia libidinal original do ego, parte da qual é posteriormente transmitida a objetos, mas que fundamentalmente persiste e está relacionada com as catexias objetais, assim como o corpo de uma ameba está relacionado com os pseudópodes que produz" (Freud, 1914, pg. 91)

O ego, nesta formulação da "Introdução ao Narcisismo" (1914) é também objeto para o investimento libidinal, não consistindo apenas em uma instância neutra no conflito psíquico. O investimento do objeto parte da libido do ego, assim como é para o ego que esta libido retorna.

"Vemos que além de elaborar o conceito de organização libidinal narcisista, o que Freud faz neste texto é sugerir uma verdadeira estase da libido, uma permanência dela no ego, capaz de realizar fluxos e refluxos em relação ao mundo exterior" (Mezan, 1982, pg. 178)

Todos os elementos que vêm sendo desenvolvidos são sistematizados no artigo de 1914 e alguns de seus aspectos merecem ser observados, no que indicam uma complexificação do conceito de narcisismo, introduzido agora no conjunto da teoria e dando ao ego um novo lugar. Vejamos como Laplanche (1973, pg. 94) apresenta a tese de Freud sobre o narcisismo, condensando-a em três proposições básicas:

1 - O narcisismo é um investimento libidinal sobre a própria pessoa, um amor de si.

2 - Esse investimento libidinal de si passa necessariamente, no homem, por um investimento libidinal do ego.

3 - Esse investimento libidinal do ego é inseparável da própria constituição do ego humano.

Vamos procurar abordar essas proposições dando prosseguimento à análise do texto de Freud para que possamos localizá-las. Inicialmente é ao tema da megalomania que a ele se refere nas suas relações com o narcisismo, analisando-o a partir do tópico da "onipotência de pensamentos". Já o havia trabalhado no caso do "Homem dos Ratos" (1909c), inclusive adotando deste paciente essa expressão. Retoma-o em "Totem e Tabu" 1913b, estabelecendo aí uma aproximação da vida mental das crianças e dos povos primitivos, a partir do aspecto "mágico" nas formas de se lidar com a realidade, às atitudes do

indivíduo em relação ao mundo externo.

> "...a onipotência de pensamentos, a supervalorização dos processos mentais em comparação com a realidade, desempenha um papel irrestrito na vida emocional dos pacientes neuróticos e em tudo que dela se deriva..." (1913b, pg. 110)

> "Os homens primitivos e os neuróticos, como já vimos, atribuem uma alta valorização - a nossos olhos, uma supervalorização - aos atos psíquicos. Essa atitude pode perfeitamente ser relacionada com o narcisismo" (1913b, pg.112)

Essa questão é retomada no texto de 1914 e articulada na polaridade libido do ego/libido objetal e a megalomania é descrita como resultante do afastamento da libido do mundo externo, sendo assim dirigida ao ego, indicando uma orientação narcísica.

Seguindo o pensamento de Bercherie (1983), podemos afirmar que através da analogia da vida psíquica do primitivo, da criança e do neurótico, Freud sublinha a predominância das tendências sexuais sobre as tendências sociais, onde a natureza a-social da neurose decorreria de sua tendência original de fuga da realidade. Esta não ofereceria a satisfação,obrigando assim um refúgio no mundo imaginário de promessas. Este pensamento foi indicado claramente na 3ª parte de "Totem e Tabu" (1913b),

A nova concepção tem assim seu momento de síntese: há identidade entre o que Freud agora denomina de introversão da libido, este retorno ao mundo fantasmático e o caráter específico da pulsão sexual que mantém seu elo conservado ao narcisismo. Desta maneira a nova psicopatologia freudiana passa a ser marcada por este retorno em direção ao mundo interior, sendo a neurose e a psicose claramente distinguidas a partir da intensi

dade deste fator.

Dois aspectos ainda merecem ser observados. Primeiramente, Freud novamente toca na questão que já indicamos antes e que estamos acompanhando, como aquela central em toda a reviravolta teórica - o desvio da realidade em direção ao mundo interno. Em segundo lugar, Freud também está aqui introduzindo a partir da história da espécie e do indivíduo a dimensão do mito e do "originário", discutida a partir dos conceitos de narcisismo primário e secundário.

"Narcisismo primário designa um estado precoce em que a criança investe toda a sua libido em si mesma, e narcisismo secundário designa um retorno ao ego da libido retirada dos seus investimentos objetais". (Laplanche, 1970, pg. 368)

Essa distinção produziu certa dificuldade teórica, na medida em que

> "...sob o termo de Ego e do narcisismo, Freud designava realidades psíquicas diversas. Numa primeira acepção, o uso da noção de Ego narcísico, ou Ego da megalomania infantil, alude ao que, grosso modo, foi chamado de narcisismo primário. Esta acepção representa um tempo fraco na conceituação de objeto, dado que a idéia de um estado primário anobjetal do narcisismo egóico não encontra lugar coerente na teoria... A segunda acepção corresponde à afirmação de que o narcisismo e o Ego são contemporâneos e correlatos da totalização do sujeito numa unidade imaginária" (Costa, 1988, pg. 156)

No artigo de 1914 o narcisismo aparece como precedido de uma fase preparatória, a fase do auto-erotismo, nesse sentido, completamente deste distinguido. O momento de sua constituição é assim contemporâneo do aparecimento do ego, de uma

primeira unificação do sujeito. Encontramos assim a perspectiva indicada por Laplanche (1973) nas proposições básicas acima mencionadas sobre a tese do narcisismo em Freud. A colocação básica aqui, para nós, refere-se a esse investimento libidinal do ego, inseparável de sua própria constituição.

A análise do narcisismo conduz ainda a um outro tema, essencial para o nosso percurso: o da escolha do objeto. Esta expressão foi por Freud introduzida nos "Três Ensaios sobre a Sexualidade" (1905a), sendo que naquele momento a modalidade "anaclítica ou "por apoio" era a única considerada, fazendo coincidir sempre o objeto sexual com a pessoa responsável pela satisfação das necessidades vitais. Numa nota de rodapé acrescentada àquele artigo, já mencionada antes por nós, Freud toca, ainda sem se aprofundar, na existência de um tipo narcisista de escolha de objeto quando fala sobre a homossexualidade.

No entanto, somente em 1914, na "Introdução ao Narcisismo" é que o tema das vicissitudes da escolha de objeto será analisado mais detidamente e que será feita a distinção entre modalidades de escolha anaclítica e narcísica. Essa última consiste num dos pontos mais importantes na teoria do narcisismo, sendo por Freud considerado como aquele que mais fortemente a justifica.

As primeiras elaborações teóricas sobre o tipo narcísico de escolha de objeto estavam relacionadas a uma etapa, a da escolha narcísica homossexual, que levava o indivíduo do narcisismo à heterossexualidade (1911-b). Posteriormente, em 1914, essa noção será ampliada e tornada mais complexa, sendo a opção narcisista "aquela que faz com que a pessoa ame: o que

ela é (a si mesma); o que ela foi (seu ego infantil); o que ela gostaria de ser (seu ideal de ego), uma parte de si tornada independente (seu filho). O narcisismo dos pais assim, se satisfaz também por meio do carinho dirigido às crianças, às quais se encaminham todos os elementos que tiveram de ser sacrificados no altar do Princípio da Realidade" (Mezan, 1982, pg. 182)

Esta colocação esclarece também a noção de ego narcísico segundo a perspectiva do "a posteriori" psicanalítico, implicando o olhar dos pais sobre "sua majestade o nenêm": só podemos compreender a hipótese de uma completude original, sem conflitos, se a consideramos como inventada pelo olhar narcísico dos adultos. (Costa, 1988)

> "No ponto mais sensível do sistema narcisista, a imortalidade do ego, tão oprimida pela realidade, a segurança é alcançada por meio do refúgio na criança. O amor dos pais tão comovedor e no fundo tão infantil, nada mais é senão o narcisismo dos pais renascido, o qual transformado em amor objetal, inequivocamente revela sua natureza anterior" (Freud, 1914, pg. 108)

Assim é introduzida a problemática do amor e nesse campo um outro artigo "As pulsões e seus destinos" (1915) complementa as idéias já apresentadas na "Introdução ao Narcisismo". Freud analisa as três polaridades da vida mental: ego/mundo interior, prazer/desprazer e atividade/passividade, sendo que a origem do amor e do ódio será compreendida através da dialética dessas polaridades, abrindo espaço teórico para a conceituação da ambivalência.

É a passagem ao primeiro plano da clínica do Complexo de Édipo como "complexo nuclear" das neuroses, que marca

o acento dado por Freud à teoria e clínica da ambivalência. Referimo-nos neste ponto à análise do caso do "Homem dos Ratos" (1909c), à compreensão do quadro clínico da neurose obsessiva. No quarto capítulo de "Totem e Tabu" (1913b) o conceito é retomado e analisado na vida dos primitivos e do homem civilizado. Desta forma, o conceito de ambivalência é visto sob dois eixos básicos, o da filogênese (pai originário) e o da ontogênese, através do Complexo de Édipo. Este estudo ilumina a reflexão de Freud sobre a origem da cultura. Está sendo esboçada a sua teoria do superego e também sendo inspirada a investigação do fenômeno melancólico, tópicos que serão por nós posteriormente trabalhados neste nosso texto, principalmente no próximo capítulo.

Em "Pulsões e seus destinos" (1915) Freud desenvolve, com já dissemos, o tema do amor e do ódio, tentando integrá-lo na teoria das pulsões e para isso retoma a noção de ego prazer e ego realidade, já apresentadas em 1911 nas "Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental". Entretanto, naquele momento este par estava referido às modalidades de funcionamento das pulsões de autoconservação e o conceito de narcisismo vem exigir um repensar da questão. Em "Pulsões e seus destinos" (1915) "o termo ego-prazer já não significa simplesmente ego regido pelo princípio de desprazer-prazer, mas ego identificado com o agradável por oposição ao desagradável. Nesta nova acepção, o que se contrapõe são ainda duas etapas do ego, mas definidas agora por uma modificação do seu limite e dos seus conteúdos" (Laplanche, 1970, pg. 193). O ego fica identificado ao prazer e a realidade ao que é neutro ou desprazeiroso. O ego é constituído na polaridade do amor e do ódio, tendo a sua evolução referida ao prazer e ao desprazer cujo

engendramento dá-se na *dialética do interior e do exterior.*

A estruturação desses dois sentimentos, amor e ódio é complexificada pelo conceito de narcisismo que sob a luz da ambivalência os coloca numa estreita relação, fundamental para o estudo da relação clínica via transferência e no destino das fantasias edipianas. Vemos que aí está presente toda a questão também do limite interno/externo e as bases para pensarmos as relações entre o narcisismo e a agressividade, ego e o lugar do outro.

Retomemos o artigo da "Introdução ao Narcisismo" agora em sua última parte. Freud coloca a pergunta do futuro do narcisismo infantil. Logo descarta a hipótese de sua inteira transformação em investimentos objetais e tenta então dar conta da questão conceituando o "ideal de ego". Dessa forma, a perfeição que o ego infantil se atribuía é deslocada para o "ideal de ego", resguardando-o das críticas do mundo externo.

> "O que ele projeta diante de si como sendo seu ideal é o substituto do narcisismo perdido de sua infância na qual ele era o seu próprio ideal" (Freud, 1914,p.111)

A partir desta colocação, Freud examina a relação entre o processo de idealização e sublimação. O primeiro diz respeito ao objeto que é engrandecido pelo sujeito e este processo é possibilitado tanto na esfera da libido do ego quanto na da libido objetal. Já a sublimação diz respeito à libido objetal necessariamente e consiste num dos destinos da pulsão desviado na sua finalidade sexual. Sendo assim, a sublimação apresenta uma alternativa ao recalque, permitindo ao ego a realização de suas potencialidades sem a ela recorrer. Mesmo estimulada pelo ideal, com ele não se confunde.

PUC-RIO

Por outro lado, a principal função do ideal de ego é a da formação da consciência moral, indicando também a sua função recalcante que é claramente percebida nas auto-recriminações da neurose obsessiva e nos delírios de observação da paranóia. Fica claro que Freud aponta também para as bases do conceito de superego que neste momento de 1914-1915 não é ainda definido claramente como uma instância mas que faz parte como uma das estruturas do sistema do ideal de ego, conceitualmente identificando os dois conceitos.

Segundo Laplanche (1970), já a partir do texto da "Introdução ao Narcisismo" podemos notar "que esta crítica, interiorizada sob a forma de uma instância psíquica especial, instância de censura e de auto-observação, é, no conjunto do texto distinta do ideal de ego; ela ... observa incessantemente o ego atual e compara-o com o ideal"

Quanto ao uso dos termos de ego ideal e ideal de ego, não fica clara a intenção de Freud quanto a diferenciá-los. A respeito deste ponto os autores divergem. Bercherie (1983), por exemplo, afirma que "os dois termos são com efeito rigorosamente intercambiáveis nos textos freudianos."... se Freud tivesse querido lhes dar acepções contrastadas ele o saberia bem ter explicado" (pg. 344, nota 127). Esse autor mostra-nos que só ulteriormente esta oposição foi constituída sendo desenvolvida por Lacan. Já Garcia-Roza (1987), (à luz de uma discussão estabelecida entre Leclaire e Lacan no texto "Ideal do eu e eu-ideal", do seminário nº 1 de Lacan (1975) acha ... "difícil aceitar que um autor tão cuidadoso no emprego dos termos se tenha utilizado de termos tão simétricos e opostos, no mesmo parágrafo, sem que isso tivesse um sentido diferenciador" (Gar

cia-Roza, 1987, pg. 204)

Enfim, não nos parece muito interessante dar maior prosseguimento a uma discussão sobre a intencionalidade de Freud mas pretendemos aproveitar as contribuições de Lacan, que opõe claramente ego ideal a ideal de ego, assim como outros autores o fazem, já que esta distinção pode nos servir para o esclarecimento de tantas outras questões importantes. No momento, não entraremos em maiores detalhes a respeito do sistema de ideais, apenas observando por enquanto o seu papel, no percurso freudiano que estamos analisando, na perspectiva de nos aproximarmos do tema da identificação.

A complexidade que vai se apresentando na teoria psicanalítica que tentamos acompanhar exige o esclarecimento dos princípios fundamentais e assim, por volta de 1915, Freud elabora os artigos da Metapsicologia. Entretanto, é importante observarmos, segundo a orientação de Bercherie (1983), que a maior parte dos cinco artigos que compõe a Metapsicologia não apresentam grandes novidades, consistindo numa certa reprise melhorada do sistema já apresentado "nos anos 1900". Como exceção temos o artigo consagrado à melancolia e também a 2ª parte do ensaio sobre as pulsões, que procuram, dentre outros objetivos, integrar o conceito de narcisismo mais profundamente na teoria. Para tal, os pontos básicos usados dizem respeito à distinção mais apurada entre auto-erotismo e narcisismo e ao exame das diferentes oposições que dominam a vida psíquica (sujeito/objeto, prazer/desprazer, ativo/passivo).

Paralelamente, a análise do ego em toda a sua redimensão implica numa perspectiva nova dirigida ao seu desenvol

vimento, à sua gênese, o que vem a produzir o conceito de identificação. Já nos referimos antes à construção do ego na polaridade do interior e do exterior engendrada na dialética do prazer/desprazer e do amor/ódio.

A incorporação baseada no modelo da relação oral também possibilita pensar a identificação. Inicialmente este conceito fica restrito à compreensão do mecanismo próprio da melancolia conforme a análise feita no artigo "Luto e Melancolia" (1917). Posteriormente passará ao primeiro plano da teoria e será vinculado ao complexo de Édipo (como podemos verificar na análise do caso do "Homem dos Lobos" (1918).

Quanto ao complexo de Édipo, Freud nesse momento ainda o entende como complexo nuclear das neuroses sem nele imprimir uma visão mais estrutural, assim como em relação à própria identificação.

> "Ao lado da dificuldade em integrar a identificação na rede conceitual desta época, o reconhecimento do caráter infantil do complexo de Édipo em 1919-20 e da relação entre este e a identificação, se de início pode ser vinculado ao enfoque clínico que o considera apenas como o "complexo nuclear das neuroses", conduzirá em seguida a uma ampla reformulação da teoria analítica, já que seu deslocamento para a infância coloca o problema do seu destino, e a vinculação com a identificação impede confiná-lo à região da escolha de objeto, em que estivera incrustrado desde sua aparição em 1910" (Mezan, 1982, pg. 249)

A teoria da identificação constitui uma nova maneira de situar a origem e a evolução do ego e toda a reflexão anterior a respeito das primeiras fantasias orais levam a admitirmos a existência de uma identificação bastante precoce exigindo para a compreensão do ego um novo enfoque que deverá levar

em conta a fronteira entre um "dentro" e um "fora". Já as técnicas de introjeção e projeção envolvidas nesta dialética subentendem a distinção e a dinâmica dentro/fora. Assim Freud, quanto ao desenvolvimento do ego, afasta-se do modelo onírico do Projeto (1950a), centrado na realização alucinatória do desejo, para priorizar a questão da onipotência mágica, aproximando-se da história do desenvolvimento do sujeito na sua articulação com o exterior.

O psiquismo vai sendo compreendido como subjetividade e as relações *intersubjetivas* passam ao primeiro plano da teoria, percebidas via o próprio conceito de identificação na sua contrapartida *intrasubjetiva* Todo esse panorama irá conduzir a teoria à 2ª tópica, e o conceito de ideal de ego já constitui um primeiro indício. A teoria libidinal toma um novo rumo dando ênfase às relações de objeto, tanto externas quanto internas.

A partir de 1920, com "Além do Princípio do Prazer" inicia-se a mudança em direção à formalização da 2ª tópica,sem que haja exatamente um rompimento com a primeira concepção do aparelho psíquico, que permanece válida. O papel das identificações na constituição do sujeito é decisivo nesta virada teórica. Os conceitos de ego, id e superego elaborados em 1923 deslocam a temática da teoria psicanalítica sem que substituam os conceitos de Consciente, Inconsciente e Pré-Consciente. Com a "Introdução ao Narcisismo" (1914) e "Luto e Melancolia" (1917) desfaz-se a diferenciação entre ego e inconsciente do ponto de vista descritivo e em "Além do Princípio do Prazer" (1920) Freud contrapõe a oposição consciente/inconsciente à oposição ego/recalcado. No entanto, sempre irá manter como pre

missa básica da psicanálise a distinção entre consciente e inconsciente, sendo que a elaboração da 2ª tópica, sistematizada principalmente em "O ego e o id" (1923) muda essencialmente a teoria, deslocando completamente a sua temática.

Alguns autores comentam esta passagem e parecem coincidir no ponto que nos interessa mais: *o acento dado no segundo modelo à distinção e articulação entre interno e externo*. Vejamos alguns deles:

> "A distinção entre interno e externo é capital no segundo modelo, pois é ela que regula o conjunto de seu funcionamento".(Laplanche, 1987, pg. 192)

> "...o modelo da "vesícula protoplasmática", além de representar uma acentuação do vitalismo em detrimento do físico-mecanismo no pensamento freudiano coloca todo o acento sobre o problema do limite entre o interior (organismo, aparelho psíquico) e exterior (realidade) na apresentação da estruturação psíquica..." (Bercherie, 1983, pg. 356)

> "Em seu ensaio sobre Freud, Paul Ricoeur (1977, parte II, cap. II) caracteriza a passagem por um deslocamento temático: do recalcado para o recalcador. Trata-se de uma outra ordem de questões. Enquanto a primeira tópica voltava a sua atenção para a economia libidinal a segunda está voltada para o confronto da libido com algo que lhe é externo: a exigência de renúncia imposta pela cultura. Segundo Ricoeur, o que é colocado em jogo na 2ª tópica não é mais uma libido solipsista repartindo-se em sistemas psíquicos, mas papéis - pessoal, impessoal e suprapessoal - que são os de uma libido em situação de cultura" (García Roza, 1987, pg. 206)

Pudemos então acompanhar este percurso de Freud no qual a descoberta do conceito de identificação tem um lugar marcante e que agora com mais clareza indica a sua relevância para a nossa questão. O conceito de identificação vai progressivamente assumindo um estatuto de conceito - chave, entendido

cada vez mais como a própria "operação pela qual o sujeito se constitui" (Laplanche, 1970, pg. 296). Como já dissemos antes, esta evolução é correlativa da colocação em primeiro plano do complexo de Édipo e da mudança para a 2ª tópica, onde "as instâncias que se diferenciaram a partir do id são especificadas pelas identificações de que derivam" (Laplanche, 1970, pg. 296.

A constituição do sujeito passa a ser compreendida como interdependente e necessariamente colocada num registro relacional. O redimensionamento da noção de ego implica evidentemente numa alteração substancial da teoria das pulsões, exigindo sua reelaboração e nesse contexto é introduzida a "pulsão de morte" e a "pulsão de vida". Este novo dualismo pulsional, nova maneira de conceituar o conflito, pode ser abordado sob vários níveis, assim como todo este "tournant" da teoria psicanalítica. Seria, entretanto, impossível, desenvolvermos aqui todos esses níveis e com o intuito de não nos afastarmos de nossa problemática não nos aprofundaremos, nesse trabalho, no tema da pulsão de morte.

3 - O CONCEITO DE IDENTIFICAÇÃO EM FREUD

Esta terceira parte trata do conceito de identificação, tendo em vista a sua estreita correlação com a constituição do sujeito. Escolhemos uma abordagem histórico-conceitual que parte dos textos de Freud, abrindo o espaço para uma posterior discussão. Em primeiro lugar, no capítulo anterior, analisamos a virada teórica em direção à segunda teoria do aparelho psíquico, mostrando como esta mudança foi indispensável para dar conta dos mecanismos identificatórios na construção da subjetividade.

Contextualizamos o conceito de identificação, indicando a sua implicação num complexo teórico que abre a discussão sobre polaridades que julgamos relevantes na psicanálise - sujeito/objeto, interior/exterior - e que nos despertam especial interesse. Nesta mesma linha de pensamento consideramos que o conceito de ego fica inteiramente remanejado no corpo da "nova teoria" e este tópico é também objeto de nosso estudo, já que pertinente ao campo do trabalho desta dissertação.

Iniciamos este capítulo pelo caminho que nos parece o mais promissor, aquele, feito por Freud em direção à identificação, baseando-nos nas indicações do texto de Colonomos (1985). Sob pena de repetirmos muito do que já é sabido sobre o conceito de identificação, acreditamos ser importante a apresentação de alguns de seus elementos. Estaremos, entretanto, transmitindo também uma linha de pensamento que reflete inevitavelmente a nossa forma de ler os textos de Freud e de outros autores.

Laplanche (1970) faz a distinção de dois sentidos do termo identificação. Numa primeira acepção este é tomado num sentido transitivo, ligado à ação de identificar, reconhecer algo como idêntico. Numa segunda acepção, o sentido é reflexo, correspondente ao verbo identificar-se - "ato pelo qual um indivíduo se torna idêntico a outro" (Lalande,1951 apud Laplanche,1970). Embora seja este último o sentido essencial na psicanálise, Freud também utiliza a acepção do verbo identificar quando analisa o mecanismo de substituição, no trabalho do sonho, de uma imagem por outra, de acordo com a noção de similaridade envolvida no processo de condensação.

Vejamos como Laplanche define o conceito:

> "Processo psicológico pelo qual um indivíduo assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo dessa pessoa. A personalidade constitui-se e diferencia-se por uma série de identificações".
>
> (Laplanche, 1970, pg. 295)

3.1 - Identificação e Formação de Sintomas

O conceito de identificação é bastante precoce nos textos freudianos e inicialmente é vinculado especificamente à análise dos sintomas neuróticos, basicamente aos relativos à histeria. Porém, desde este momento, a noção de imitação já é ultrapassada no reconhecimento da presença de elementos inconscientes neste processo.

Em 1897, numa carta dirigida a Fliess, Freud escreve:

"Meu último resultado é a explicação do espasmo tônico histérico: é a imitação da morte com rigidez cadavérica; quer dizer, a identificação com um morto". (1950a pg. 3565). Numa outra carta, de 1899, afirma que a via principal da histeria (e aqui já a relaciona à neurose obsessiva) é a identificação com a pessoa amada, num sentido de ser uma via alo-erótica. Nesta correspondência faz referência também ao mecanismo da paranóia que "desfaz novamente a identificação, restabelece todas as figuras amadas da infância que foram abandonadas (...) e dissolve o próprio ego em figuras externas" (1950b, pg. 299). É interessante notar que neste trecho, embora a identificação esteja sendo pensada como mecanismo de formação de sintomas, já podemos encontrar algum indício do conceito de narcisismo, formalizado muito depois, assim como a sua elaboração a partir do fenômeno clínico da paranóia.

Nos manuscritos L e N, a identificação é tematizada como um mecanismo diretamente ligado à formação de sintomas, sendo que no manuscrito N, são lançadas algumas idéias que no futuro serão desenvolvidas no artigo "Luto e melancolia"(1917), artigo-chave para a elaboração do processo identificatório.

> "Uma das manifestações do luto consiste então em auto acusar-se de sua morte (o que denominamos "melancolia"), ou em castigar-se de maneira histérica, afetando-se com os mesmos estados que eles | pais | sofriam..." (Manuscrito N, 1950a, pg. 3575)

A primeira vez que o conceito aparece num texto publicado à época é na "Interpretação dos sonhos" (1900) onde Freud o diferencia claramente da imitação, contrapondo-a à noção de uma assimilação. Ao se perguntar sobre o significado da identi

ficação histérica conclui que o ato mental aí envolvido consiste "na dedução inconsciente de uma influência (...); a identificação não constitui uma simples imitação mas uma *assimilação* à base de uma etiologia semelhante; expressa uma mudança e se origina do *elemento comum que permanece no inconsciente* (1900, pg. 160, vol. IV, grifo nosso). O mecanismo da formação de sintomas e o da identificação estão intimamente relacionados. A formação de compromisso e a condensação são as operações próprias aos dois mecanismos. Há, por um lado, a presença da realização de desejo, aliada a uma punição. Por outro, a multiplicidade de personagens ou aspectos se reunem, condensando-se em um único traço.

Dora ilustra muito bem estas operações, pela dupla identificação que faz em seu sintoma. "Dora é afetada por um "catarro"; ela tosse como seu pai, e ela tem "flores brancas" como sua mãe. Esta palavra "catarro" manifesta os dois sintomas, então a dupla identificação de Dora. Em direção ao pai (como ele, ela tosse e tem paixões selvagens) e à mãe (como ela, Dora sofre de uma afecção nos órgãos genitais, afecção pela qual o pai torna-se responsável). Ela é o pai e a mãe. Ela representa os dois papéis de uma só vez, tomando, segundo o caso, um ou outro dos pais como objeto sexual fantasmático"(Colonomos, 1985 pg. 40). Diante da réplica do casal parental, Sr. K. e Sra. K., opera-se o mesmo mecanismo e Dora, ao ocupar todos os lugares neste quadrilátero dá uma resposta ao nível patológico, com seu sintoma, à impossibilidade de uma sexuação.

Com relação ao fenômeno histérico podemos ressaltar que a identificação tem um caráter múltiplo com a possibilida

de de que diversos personagens coloquem em cena desejos múltiplos e contraditórios. Finalizando este tópico, observamos que este aspecto, da multiplicidade, já vem a afirmar a natureza necessariamente fragmentada do ego, que a introdução do conceito de narcisismo vai explorar.

3.2 - Identificação e Narcisismo

O conceito de identificação assume importância e relevo na teoria psicanalítica, progressivamente, à medida em que começa a ser introduzida uma nova concepção do ego, que virá a modificá-la, de forma global. Acompanhamos no capítulo anterior o papel do narcisismo nesta transformação e as suas implicações no novo caráter que assume o processo identificatório.

O artigo "Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância" (Freud, 1910b) representa um marco no conceito de identificação. Nesse momento, a questão da homossexualidade masculina é a ponte para a teorização do narcisismo, sendo a identificação vinculada a um processo de conservação narcísica.

> "O amor da criança por sua mãe não pode mais continuar a se desenvolver conscientemente - ele subumbe à repressão. O menino reprime seu amor pela mãe; coloca-se em seu lugar, identifica-se com ela, e toma a si próprio como um modelo a que devem assemelhar-se os novos objetos de seu amor" (pg. 92).

Em 1913, com "Totem e Tabu", um outro aspecto é colocado: a questão da assimilação do objeto, aqui já na perspectiva da construção do ego. Nesse artigo, a teorização sobre a horda primitiva abre a reflexão de temas fundamentais, como

o sentimento de culpa, a problemática do complexo de Édipo e a formação do Ideal de ego. Estes são elos essenciais do conceito de identificação que vêm iluminar o pensamento freudiano quanto à relação sujeito/cultura.

A partir da "Introdução ao narcisismo" (1914), a identificação passa a ocupar uma posição central no corpo da teoria. São analisadas as intrincadas articulações das pulsões sexuais e de autoconservação e as relações entre o ego e o objeto, que vão se revelando num jogo cada vez mais sutil. Em 1915, numa nota de rodapé acrescentada aos "Três ensaios" (1905), Freud retoma a questão ao introduzir o termo de "incorporação de objeto" definindo-o como protótipo da identificação.

> "O objetivo sexual consiste na incorporação do objeto - o protótipo de um processo que, sob a forma de identificação deverá desempenhar mais tarde um importante papel psicológico(...) Na sucção do polegar, em que a atividade sexual, desligada da atividade nutritiva, substitui o objeto estranho por outro situado no próprio corpo do paciente" (pg. 204)

Observamos que mais do que uma metáfora alimentar, a "incorporação de objeto" retoma a balança energética entre libido do ego e libido de objeto, lançada na "Introdução ao narcisismo".

Em direta continuidade a esse artigo, "Luto e melancolia" (1917) vem formalizar o conceito de identificação, dando também um passo decisivo na elaboração da teoria do ego. Mezan (1982) apresenta uma reflexão cuidadosa deste momento teórico, que passaremos a acompanhar. Encontramos a convergência dos temas da incorporação e do narcisismo, termos que sob o ângulo da identificação não podem ser desvinculados.

Freud trata do fenômeno da melancolia, comparando-o com o "trabalho do luto", tendo em conta o processo de retirada do interesse do mundo exterior. O desinvestimento que inibe as funções gerais do ego, quando se trata do caso da melancolia, tem o acréscimo do elemento patológico - diminuição intensa do amor próprio, auto recriminações e sentimento de culpa. O "trabalho do luto" funciona como uma elaboração psíquica do afeto por via da realidade do fato irreversível, possibilitando que o ego se liberte do peso da ligação erótica com o morto e reinvista a libido em outros objetos. "Fazer o luto" significa que a realidade possa prevalecer sobre o laço afetivo. O narcisismo entra em cena unindo a libido narcísica às pulsões de autoconservação para enfrentar a libido objetal e libertar o ego. O luto é considerado como paradigma do quadro clínico da melancolia, quadro este que coloca em jogo um objeto perdido, não necessariamente morto. Observamos que a noção de objeto é aqui tomada no sentido da teoria freudiana: objeto da pulsão, objeto da libido, objeto de amor. Discutiremos as questões relativas à conceituação de objeto, mais adiante, no próximo capítulo.

O fenômeno da melancolia implica num empobrecimento do ego pelas críticas e humilhações que lhe são dirigidas pelo próprio sujeito. A autocrítica, intensamente exacerbada, remete-nos à idéia de uma disfunção da "consciência moral", enquanto instância particular no sistema do ego. Por outro lado, é preciso explicar a inversão que o quadro melancólico estabelece. Por que o sujeito, diante da perda do objeto, dirige a si próprio as acusações?

> "As auto-acusações(...) mais violentas dificilmente se aplicam ao próprio paciente, mas com ligeiras modificações, se ajustam realmente a outrem, a alguém, que o paciente ama, amou ou deveria amar (...). Percebemos que as auto-recriminações são recriminações feitas a um objeto amado, que foram deslocadas desse objeto para o ego do próprio paciente"
>
> (Freud, 1917, pg.280)

A identificação fornece a chave para compreendermos o que se passa na melancolia: a libido investida no objeto teve de ser retirada e foi deslocada para outro, retraindo-se ao ego. Assim, o ódio que deveria estar voltado para o objeto é dirigido a si. A idéia de incorporação é utilizada e o objeto introjetado nestas condições, é submetido a um processo destrutivo. A partir da identificação, o ego é quem sofre a violência. Pela via da ambivalência, o amor pelo objeto se refugia na identificação narcisista e o ódio dirige-se ao objeto substitutivo, representado pelo próprio ego.

Para compreendemos esse esquema da identificação temos que também considerar que se trata de um esquema comprometido com o fenômeno de regressão e de clivagem do ego. Há uma regressão que "veicula no interior do ego os conflitos anteriormente existentes com o objeto, favorecendo assim a clivagem do ego. Esta clivagem se situa entre o agente crítico e o ego, modificado pela identificação". (Colonomos, 1985, pg. 42). Interessa-nos, principalmente este jogo complexo de identificações entre o ego e os objetos, que aponta para a base central de uma nova tópica - a divisão da personalidade em instâncias identificatórias, "verdadeiras pessoas no interior da pessoa" (Laplanche, 1987).

> "...a sombra do objeto caiu sobre o ego, e este pôde, daí por diante, ser julgado por um agente especial, como se fosse um objeto, o objeto abandonado"
>
> (Freud, 1917, pg. 281)

Na análise da melancolia encontramos o esboço da existência do superego, parte integrante do novo modelo teórico do aparelho psíquico. Como vimos antes, o novo modelo vem a modificar o caráter bem mais abstrato da primeira tópica. Passaremos agora a acompanhar este movimento através do tema da identificação e escolha de objeto.

3.3 - Identificação e Escolha de Objeto

Em "Psicologia de grupo e a análise do ego" (1921) Freud dedica um capítulo à identificação. Inicia-o com a seguinte frase: "A identificação é conhecida pela psicanálise como a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa" (pg. 133). Podemos perceber que a questão do objeto e da sua relação com o ego é recolocada. A identificação, inicialmente considerada como um mecanismo inconsciente dentre outros, vai, pouco a pouco, como temos acompanhado, se revelando um processo mais estruturante. Este processo, básico na constituição do ego, tem que levar em conta todas as intrincadas operações na sua relação com os objetos. Este aspecto dirige-se às possíveis *articulações entre um nível intersubjetivo e um nível intrapsíquico*. Acompanhando Freud, observamos mais uma vez, que a problemática que gira em torno dessa articulação é um ponto decisivo. O aparecimento do conceito de identificação e principalmente o destaque que lhe é conferido na teo

ria, é correlativo dessa nova ordem de questões.

No texto de 1921, Freud distingue três tipos de identificação: a identificação histérica, próxima do mecanismo de sintomas e dois outros tipos de caráter mais estruturante. O primeiro destes consiste no modo mais primitivo de identificação. Coincide com a relação de objeto e não apenas a substitui. Trata-se da identificação primária que envolve um modo oral de assimilação com o outro. O segundo tipo de caráter estruturante refere-se à identificação que substitui a escolha de objeto. É neste caso, a relação ambivalente em relação ao outro, cujo protótipo é o complexo de Édipo. Freud sintetiza essa distinção:

> "(...) primeiro, a identificação constitui a forma original de laço emocional com um objeto; segundo, de maneira regressiva, ela se torna sucedâneo para uma vinculação de objeto libidinal, por assim dizer, por meio da introjeção do objeto no ego, e terceiro, pode surgir com qualquer nova percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma outra pessoa que não é o objeto da pulsão sexual" (1921, pg. 136)

A questão da identificação primária é problemática na teoria enquanto dimensão-primária, que poderia supor uma interpretação dirigida a um estado anobjetal. Consideramos, porém, em concordância com Laplanche (1987), que podemos utilizar um ponto de vista segundo o qual a noção de identificação primária serve para descrever uma forma de laço afetivo com o objeto numa acepção imaginária mas rigorosamente objetal. Reportamo-nos aqui também a contribuição de Lacan do "Estádio do espelho", básica para a compreensão da formação do eu numa interessante dialética eu/objeto. Não nos estenderemos neste texto ao que concerne a essa contribuição, entretanto, deve ficar claro que

ela nos serviu de orientação na maneira pela qual abordamos as nossas questões. Ressaltamos, inclusive, que encontramos no próprio Freud uma reflexão sobre a identidade especular. "Seria inexato, sem dúvida, dizer que Freud não delimitou o lugar da identidade especular". Está presente, não só em "Luto e melancolia", senão, sobretudo, numa passagem densa do "Ego e o id", onde especifica que |o ego é, primeiro e acima de tudo, um ego corporal; não é simplesmente uma entidade de superfície, mas é, ele próprio, a projeção de uma superfície|" (Laplanche, 1973, pg. 112).

Freud tenta esclarecer como se dá a relação entre a identificação e a escolha de objeto, que entendemos como estreitamente vinculada ao eixo primário/secundário. Através da dialética envolvida entre o "ter" e o "ser", Freud aponta para a passagem de um registro a outro permanentemente aberta, o que indica, por um lado uma dinâmica entre ego/objeto e por outro a de dois modos de identificação. Afinal, "o modo de identificação primária pode vir a marcar com seu estilo a identificação secundária "(Laplanche, 1987, pg. 303)

A distinção entre as duas "instâncias" eu/objeto muda de caráter, dado que no processo de identificação o objeto não desaparece, permanecendo conservado enquanto identificação no ego. Compreendemos a relação identificação primária/secundária como ligada à relação entre narcisismo e escolha de objeto. Se entendemos o narcisismo primário como amor dirigido ao ego, que se constitui numa espécie de relação imediata com o outro, pressupomos já aí uma distinção tópica interna. Afastamo-nos assim de uma outra linha de pensamento que compreende o narcisismo primário como um circuito fechado sobre si mesmo. Evitamos uma

visão onde sujeito e objeto não se distinguiriam.

A escolha de objeto é o modo pelo qual o sujeito escolhe o seu parceiro, segundo que características ele se dirige ao outro. A escolha de objeto narcísico se opõe à anaclítica. Esta é caracterizada por ser o amor, a sexualidade que marca a relação com o outro, tendo em conta a complementariedade e não a identidade. Na escolha narcísica remete-se menos ao complementar do que ao idêntico a si mesmo. O que vem a esclarecer as articulações possíveis da identificação e desses modos de escolha de objeto é a sua referência ao complexo de Édipo, no sentido de que essa problemática só pode ser compreendida quando a ele reportada. Isto já se dá desde o caso do "Homem dos lobos"(1918). De qualquer forma, ainda assim restam alguns problemas na teoria pela dificuldade que tem Freud de integrar a identificação na rede conceitual de maneira mais orgânica, assim como de estabelecer relações mais estruturais entre o conceito de Édipo e a identificação. No "Homem dos lobos", Freud já apresenta o édipo na forma completa, com sentimentos ambivalentes frente aos dois progenitores, mas será o conceito de identificação que enriquecerá a análise do Édipo, responsável que é também pela própria noção desta "forma completa". Segundo Mezan (1982) é a identificação que fornece a alavanca para o deslocamento do complexo, da puberdade para a infância, aspecto absolutamente primordial. É preciso, no entanto, aguardar a formalização da segunda teoria, com o "Ego e o id" em 1923 para encontrarmos uma melhor articulação de todos os elementos envolvidos. O redimensionamento do conceito de ego, sua formação e a gênese dos ideais são pontos importantes desse momento teórico, que constituem o objeto de nossa análise, a seguir.

3.4 - Identificação, Ego e Superego (Ideal de Ego)

No momento da formalização da segunda tópica, em 1923 ("O ego e o id") Freud declara que o ego nada mais é do que um precipitado de identificações abandonadas. O conceito de identificação "abre uma brecha no solipsismo da tópica, em que os conteúdos psíquicos são constantemente investidos e desinvestidos, mas sempre no interior do aparelho psíquico fechado em si mesmo" (Mezan, 1982, pg. 188). A identificação que vem deixando de ser apenas mecanismo de efeitos patológicos passa a ser conceituada como o próprio *molde do ego*.

O ego, nessa formulação, se origina no id e constitui o seu invólucro "organizado". Passa a ser o ponto de convergência de duas pressões opostas: o id e a realidade exterior. O seu caráter tangencial resulta do fato de que se por um lado, o ego deve combater o id, por outro, sendo parte dele, tem a sua energia proveniente do seu reservatório pulsional. Há, portanto, laços bem profundos entre o ego e o id, pelo substrato pulsional do ego, o que coloca algumas questões. O ego, dentre as suas funções deve representar as exigências da realidade exterior perante o id. Como fazê-lo, tendo o seu caráter comprometido tão fortemente com a ordem pulsional? Encontramos algumas indicações fundamentais no artigo "A negativa" (Freud, 1925), que nos ajudam a refletir sobre esta questão.

A teoria exige que se formule de forma mais sutil a maneira pela qual o ego deve lidar com o reprimido, constantemente ameaçador dada a proximidade ego/id. Como nos salienta Mezan (1982), a partir da mudança que a segunda tópica instaura, o processo intelectual próprio do ego e os investimentos

afetivos do id já não se excluem mutuamente. Trata-se da questão de "como lidar com um reprimido que ameaça constantemente reaparecer pela porta dos fundos" (pg. 272). É esta a função da "denegação" que se incumbe de incluir o reprimido na consciência, rejeitando-o, impedindo a sua representação. Porém, este mecanismo incide sobre as representações e a repressão deve atuar no registro do afeto. A "denegação" corresponde então a uma aceitação parcial, através de uma substituição da função de repressão pela função do "juízo".

> "A negativa |"denegação"| constitui um modo de tomar conhecimento do que está reprimido; (...) já é uma suspensão da repressão, embora não, naturalmente, uma aceitação do que está reprimido. Podemos ver como, aqui, a função intelectual está separada do processo afetivo (...) O resultado disso é uma espécie de aceitação intelectual do reprimido, ao passo que simultaneamente persiste o que é essencial à repressão".(Freud, 1925, pg. 296)

A função do juízo, primeiramente, é a função de atribuição, proveniente do registro do prazer, e não somente função do intelecto. A função do julgamento remete ao ego-prazer e ao ego-realidade, onde o primeiro deseja introjetar *tudo* o que é bom e colocar para fora *tudo* o que é mau. No início a equação se faz de modo que o externo ao ego e o mau coincidem. É pelo ego-realidade, que se desenvolve a partir do ego-prazer, modificado pela "prova de realidade" que o caráter da função de julgamento se transforma. Instaura um juízo imparcial, que deve poder julgar a idéia, *ao contrastá-la com algo que lhe é exterior*. O juízo vincula-se à "prova de realidade" por via de uma outra função, a de verificação. A "prova de realidade" é a própria verificação da correspondência entre uma imagem subjeti-

va e o seu correlato na esfera real, agora com um novo sentido:

> "A primeira e mais imediata função da prova de realidade não é encontrar na percepção real um objeto correspondente ao imaginado, mas tornar a encontrá-lo, certificar-se de que ele ainda existe (...). Descobrimos, como condição do desenvolvimento da prova de realidade, a perda de objetos que uma vez proporcionaram satisfação real" (Freud, 1925, apud Mezan,1982,pg.273)

Observamos que a "prova de realidade", assim colocada, remete-nos à duas funções bastante diferentes; uma que estabelece a possibilidade da discriminação entre o que é representado do que é percepcionado. A outra consiste em comparar o objetivamente percepcionado com o representado de maneira a poder ajustar eventuais deformações (Laplanche, 1970). A polaridade interior/exterior se complexifica, articulando-se muito mais e introduz uma nova polaridade, de caráter distinto, subjetivo/objetivo. Essa segunda função nos parece especialmente interessante no sentido de estabelecermos uma relação entre a "prova de realidade" e a instância do "ideal de ego". Veremos, mais adiante, quando entrarmos no tema dos ideais, que esta relação poderia nos trazer vários ganhos teóricos. Segundo Laplanche (1970), Freud resiste quanto à situação tópica da "prova de realidade", mas no artigo "Psicologia do grupo e a análise do ego" (1921) emite a idéia de que ela poderia depender do ideal de ego. Coloca claramente como uma de suas funções "a tarefa de verificar a realidade das coisas" (Freud, 1921, pg. 145). Já no "Ego e o id" (1923) essa função é definitivamente atribuída ao ego.

Consideramos, entretanto, que a possibilidade de atri

buir essa função à instância do ideal de ego constituiria numa maneira bem mais interessante de ver a questão, indicando soluções para certos problemas teóricos. A "prova de realidade" entendida como responsável pela função do juízo *imparcial*, juízo de *discriminação*, remete-nos ao ideal de ego, como instância que julga a partir de algo que lhe é exterior. Essa idéia ficará mais clara no próximo capítulo quando estivermos discutindo mais detidamente a questão dos ideais e da sua vinculação à diferentes níveis de discurso.

O que ressaltamos é a mudança de caráter da relação interior/exterior, dado que o desejo é introduzido na percepção da realidade externa. Não se trata mais de uma pura percepção como critério de existência do real e não há mais lugar para a dissociação dentro/fora, necessariamente esses termos se articulam. Diante desta perspectiva *o ego e a realidade se constituem simultaneamente mediante a faculdade de representação.*

A outra função do pensamento é a de mediação entre o desejo e a ação, através dos juízos de afirmação e rejeição que Freud, no final do artigo da "Negativa" (1925) integra ao dinamismo pulsional de Eros e Thânatos, mais uma vez impedindo que se reduza a realidade exterior ao conjunto de coisas submetidas à percepção. A realidade externa consiste num tecido de relações intersubjetivas, como nos fala Mezan (1982), partindo desse artigo de Freud. Diante dessa nova postura, a constituição do ego tem que ser pensada de uma outra maneira e é neste esquema que o conceito de identificação passa a ter um lugar mais estratégico, de mecanismo constitutivo do ego.

> "É por esta razão que o mecanismo constitutivo do ego tem que ser procurado em outra par

> te, para que o conceito de um *mediador entre a pulsão e o que lhe é externo* possa assumir seu significado completo: *este mecanismo será a identificação*" (Mezan, 1982, pg.276 grifo nosso)

Voltemos ao artigo de 1923 ("O ego e o id") para acompanhar como Freud analisa a estrutura do ego a partir do conceito de introjeção-identificação. Revendo o fenômeno da melancolia, conclui que todo objeto perdido pelo id é reconstruído no ego. É este o sentido do ego ser "um precipitado de catexias objetais abandonadas e de contar a história dessas escolhas de objeto (Freud, 1923). É pela via de transformação de uma escolha objetal erótica por uma alteração em si, que o ego encontra um método de obter controle sobre o id. Fica claro no texto de Freud que este é um movimento de dupla direção. Se há possibilidade de controle, isto se dá às custas da sujeição do ego à exigências do id.

O que se retoma nesta transformação é mais uma vez a balança energética da "libido de objeto e "libido narcísica". Num primeiro momento a identificação não se diferencia do investimento objetal; ser o objeto é o mesmo que tê-lo, diante do fato de que seja como fôr, o ego irá absorvê-lo. Após o início do investimento dos objetos, propriamente dito, a libido objetal se destaca da libido narcísica. Diante da perda do objeto o ego tem a sua estrutura modificada, pela identificação. Este mecanismo funciona de tal maneira, que o id possa renunciar aos objetos, renúncia sempre parcial, já que para o id é "indiferente" que os objetos estejam presentes no ego ou na realidade exterior.

Por outro lado, quanto ao ego, a sua submissão ao id

é aparente. Quando a este se oferece como objeto de amor, investe-se da libido do id, visando controlá-lo. Jogo sutil que se estabelece mediante a repressão, a sublimação ou uma nova identificação.

Esses mecanismos dirigem a nossa reflexão à gênese dos ideais. Freud já havia trabalhado este tema na "Introdução ao narcisismo" (1914) e em "Luto e melancolia" (1917). Nesse último colocava a idéia de uma divisão no ego, de tal forma, que uma parte sua, o agente crítico, se opunha profundamente à outra, dando expressão ao sentimento de culpa inconsciente. Retoma a questão no "Ego e o id" (1923), sob a denominação de superego, como a mais importante das identificações do ego. Esta instância é resultante da transformação das primeiras catexias objetais em identificações tomando o lugar do complexo de Édipo. Constitui uma sedimentação das identificações resultantes do Édipo. O sistema superego/ideal de ego reproduz uma relação interpessoal, a relação pais/criança.

Freud não diferencia claramente os termos de superego e ideal de ego. No entanto se refere ao ideal de ego como uma "função" do superego, o que nos permite supor uma diferenciação de níveis, ao menos potencialmente. "O ideal de ego representa o modo como a pessoa deve comportar-se para que o ego-sujeito, identificado com a autoridade parental, possa conceder sua aprovação ao ego-objeto" (Lagache, 1961, apud Laplanche, 1987, pg. 332)

O texto de Freud nos sugere um duplo aspecto da instância do superego, sem contudo fazer corresponder cada aspecto, discriminadamente, ao superego e ideal de ego.

> "O superego, contudo, não é simplesmente um resíduo das primitivas escolhas objetais do id, ele também representa uma formação reativa enérgica contra essas escolhas: a sua relação com o ego não se exaure com o preceito: você deveria ser assim (como seu pai). Ela também compreende a proibição: você não pode ser assim (como o seu pai)" (Freud, 1923, pg. 40)

Em Freud, de acordo com a leitura que Laplanche (1987) faz, não se encontra um sistema complementar dessas duas faces do superego, mas sim há duas séries separadas igualmente imperativas, a das injunções e a das interdições. Aproxima a série das injunções à idealização, fazendo corresponder o superego à série negativa. Mas, o ponto de vista de Laplanche é que não há complementariedade entre elas, existindo inclusive contradição, pela incidência, nos dois casos, sobre a mesma proposição "ser como o pai". Seu argumento, baseado fundamentalmente na clínica, consiste em que as duas séries se encavalam, se expressando na moral inconsciente, moral do superego, caracterizada por imperativos impossíveis. Nesse caso, as disjunções tornam-se conjunções. A lei do superego é desta forma uma lei contraditória, e nos casos mais extremos, a lei parece estar colocada a serviço do processo primário.

Constatamos a consistência dessa colocação, porém nos permitimos supor que essa ausência de complementariedade, que também observamos em certos quadros clínicos, não nos impede de pressupor, teoricamente, uma separação entre o sistema do ideal de ego e do superego, na tentativa de identificarmos e analisarmos as duas séries mencionadas. A proximidade da série das injunções à idealização nos remete diretamente ao ideal de ego como a faceta edipianizada, ordenadora, que se contrapõe a um

superego "puramente" pulsional, desvinculado da castração simbólica.

Acompanhamos assim, através da análise do sistema ideal de ego/superego, a situação ambígua e complicada do ego, sua multiplicidade de funções, bem como da sutil relação id/ego. Se por um lado, o ego tenta conquistar progressivamente o id, por outro é "pobre criatura que deve serviço a três senhores e conseqüentemente é ameaçado por três perigos: o mundo externo, a libido do id e a severidade do superego" (Freud, 1923,

Finalizamos este capítulo, onde apresentamos uma síntese do conceito de identificação em Freud. Inevitavalmente tivemos que deixar de fora alguns aspectos, certamente importantes, por ser este um conceito estratégico, de incidência direta ou indireta na totalidade da teoria psicanalítica. Tivemos o objetivo de levantar alguns pontos que nos servem de apoio para a discussão que faremos em seguida: a identificação como conceito que exige a articulação da realidade psíquica e da realidade exterior.

4 - IDENTIFICAÇÃO E A ARTICULAÇÃO REALIDADE PSÍQUICA/ REALIDADE EXTERNA

4.1 - Discussão Teórica

> "A fantasia de alguns, e não a teoria psicanalítica, é que precisa de estufas e dispositivos especiais de proteção contra o mundo de fora"
>
> (Jurandir F. Costa)

Depois de termos situado na teoria de Freud o conceito de identificação e de termos acompanhado o seu desenvolvimento, obtivemos a base para entrarmos mais diretamente na discussão de nossas idéias principais, o que faremos neste capítulo. Cabe salientar que ao refazermos o percurso freudiano encontramos a fonte dessas idéias e por esta razão viemos assinalando o ponto central de nosso interesse - *a articulação das dimensões interna / externa*.

Pensamos que o conceito de identificação constitui o modelo exemplar para a compreensão dessa articulação. Sua repercussão nos parece ser muito abrangente, inclusive determinando tanto um modo de leitura da teoria psicanalítica, como uma forma de compreensão de seu exercício clínico. Mais precisamente, queremos demonstrar que estarmos atentos a essa questão significa tomar uma posição. Posição esta que considera como parte integrante e constituinte do próprio *modelo teórico da psicanálise* a realidade externa. Deve ficar claro a partir desta postura, que em nossa abordagem não há lugar para uma dissociação entre "realidade psíquica" e "realidade externa".

Consideramos que a constituição do sujeito, via identi

ficação, dá-se num registro necessariamente relacional, registro que se situa, de maneira inquestionável, no campo do inconsciente. O que nos interessa salientar no processo de identificação, e é por isso que o escolhemos como eixo de nossa reflexão, é o caráter também indissociável que ele impõe entre um nível intersubjetivo e um nível intrapsíquico. Ao analisarmos este conceito nesta perspectiva, evitamos e mesmo criticamos uma tendência teórica de extrema abstração, cujo caráter "transcendental", retira da conceituação sobre o sujeito toda a possibilidade de uma dimensão contextual.

Vejamos um ponto essencial: qual é o espaço onde se acha contido o esquema teórico da identificação?

A modificação básica trazida por Freud à noção de identificação e que marca a sua entrada no campo psicanalítico diz respeito ao espaço específico onde este esquema se situa: o lugar psíquico. Trata-se da análise do jogo envolvido entre um nível intersubjetivo e um nível intrapsíquico, onde as instâncias psíquicas se constituem. Essa constituição, entendida na perspectiva da "segunda tópica", como vimos anteriormente, complexifica a relação sujeito/objeto, colocando a ênfase numa dialética envolvida entre exterior/interior.

Quando falamos deste jogo de identificações como constituinte das instâncias psíquicas não o entendemos a partir da idéia de substituição de níveis. Freud, em algumas passagens utiliza a imagem da constituição de um novo cenário, o cenário psíquico, onde se "repetem" as relações entre o eu e os objetos externos.

> "...a relação entre o indivíduo e o objeto paterno, embora retendo seu conteúdo foi

> transformada numa relação entre o ego e o superego - um novo cenário num segundo palco".
>
> (Freud, 1928, pg. 214)

A partir dessa idéia, subjacente ao próprio conceito de identificação, fica claro que a constituição psíquica propriamente dita se dá num engendramento das relações do Eu com os objetos. Ou seja, esse nível intersubjetivo não desaparece do esquema da identificação dando lugar às instâncias psíquicas mas as constitui. Neste ponto, a pergunta principal se dirige à própria conceituação da noção de objeto, parte integrante do esquema da identificação.

Objeto na perspectiva da psicanálise designa a *representação psíquica inconsciente* de um outro. Dessa forma não coincide com a pessoa exterior do outro. "O objeto designa outra coisa que não a representação psíquica do outro, entendida como sendo o vestígio de sua presença viva inscrita no inconsciente" (Nazio, 1989, pg. 103). Na visão desse autor, o conceito de objeto deve ser pensado como representação *prévia* à existência de outrem. Trata-se de representações inconscientes, *impessoais*, à espera de um outro externo que venha a elas ajustar-se. Ora, o que nós pretendemos discutir é também este caráter prévio, no sentido de impessoal, das representações.

Encontramos duas acepções do termo "objeto", uma que o considera a pessoa do outro eleito ou um de seus atributos e outra, considerada como aquela estritamente analítica, que compreende o objeto como uma representação inconsciente. (Nazio, 1989). Nossa questão principal tem ligação direta com a relação envolvida entre essas duas acepções.

Tentamos nos posicionar de uma maneira tal que consigamos evitar aquela abstração que nos referimos antes sem perder de vista a noção de inconsciente, o que nos afastaria do campo psicanalítico - nosso lugar. O que significa exatamente dizer que o objeto consiste numa representação inconsciente? Pretendemos entrar mais diretamente no problema teórico, não nos contentando apenas com afirmações genéricas. Estamos justamente buscando definir os conceitos principais envolvidos nessa problemática.

É verdade, então, que o conceito de identificação possui o seu esquema situado no "lugar psíquico" e é por isso que ele faz parte do campo da psicanálise. Entretanto, mais uma vez, não seria preciso nos perguntarmos sobre a própria complexidade da noção de "lugar psíquico", assim como da sua articulação com o lugar da "realidade externa"? Achamos que reafirmar a "primazia" da realidade psíquica" não seja o bastante. Seria permanecer num certo jogo discursivo que, a nosso ver, dificulta muito o aprofundamento das questões da psicanálise, tornando o seu estudo inconsistente e muitas vezes vazio.

Desdobraremos a nossa discussão em dois pontos fundamentais: em primeiro lugar, vamos tratar da relação existente entre as "coisas" e as "representações", visando a conceitualização das relações entre "realidade psíquica" e "realidade externa". Em segundo lugar, trataremos de tematizar alguns aspectos sobre a noção de inconsciente, a qual circunscreve o nosso campo de trabalho.

Para a primeira tarefa escolhemos como forma de entrada um momento importante na teoria de Freud, a instauração do princípio de realidade, que por sua vez instaura um interessan

te paradoxo. Este princípio "é a marca mais clara de um posicionamento antiidealista por parte de Freud, contudo não se deve entender por esse princípio o estabelecimento de um acesso antes inexistente do indivíduo à realidade" (Perelson, 1989, pg. 95). Esta autora entre diretamente na discussão que ora examinamos - sobre a noção de realidade psíquica - fazendo uma leitura que julgamos esclarecedora e que utilizamos como base de nossa questão. Com a implantação do princípio de realidade o que se afirma é o *sentido* de realidade e não *a* realidade. As representações passam a nomear "a coisa", tendo uma função que é mediadora entre o Eu e a realidade.

O sujeito, portador da função representativa, ou seja, a capacidade de nomear, perde o próprio objeto. "Tendo o seu acesso limitado às representações da realidade, o que verdadeiramente falta ao sujeito é a própria realidade. Assim, o estabelecimento do princípio de realidade refere-se à perda do objeto" (Perelson, 1989, pg. 96). Freud já havia deixado clara esta idéia:

> "(...) é evidente que uma precondição para o estabelecimento do teste de realidade consiste em que objetos que outrora tenham trazido satisfação real (pela alucinação, já que o objeto capaz de proporcionar a satisfação nunca está presente e a satisfação é sempre alucinatória), tenham sido perdidos (isto é, nomeados, o que instaura a presença da ausência do objeto)"
>
> (Freud, 1977, apud Perelson, 1989 pg. 96)

O princípio de realidade vem assim corrigir o princípio do prazer em sua conseqüência alucinatória, acesso direto do indivíduo à realidade. Instaura-se a distinção entre a "representação" e a "coisa". De certa maneira isto isola o sujei

to da realidade, limitando o seu acesso a ela. A realidade é constituída ao ser nomeada pelo sujeito, tornando-se, neste sentido, a ele inacessível e consistindo assim, por ser possibilidade de nomeação, numa presentificação do ausente. A realidade do desejo inconsciente, realidade psíquica é portanto concomitante e não prévia ao estabelecimento da realidade externa e esta é a conclusão fundamental a que se chega: "realidade e sujeito não constituídos simultaneamente" (Perelson, 1989, pg.97).

Escapa-se assim, por um lado, de uma posição idealista ou subjetivista que suporia um sujeito constituído que constituiria a realidade. Por outro, afasta-se também de uma posição realista ou objetivista que tem como pressuposto a existência de uma realidade independente do sujeito. Encontramos dessa forma uma posição que, em acordo com a autora em questão, consideramos legitimamente freudiana: "Devemos, portanto, falar de uma realidade e de um sujeito que se constituem, simultaneamente, e que são, respectivamente, e ao mesmo tempo, constituintes" (Perelson, 1989, pg. 97).

É nesse espaço, de realidade e sujeito assim constituídos, que situamos o esquema da identificação. Mais do que isso, a identificação é o processo constituinte por excelência e é sob este ângulo que o consideramos. Nessa linha de abordagem podemos entender que a identificação é a própria operação pela qual o sujeito se constitui.

Partimos agora para a segunda tarefa, a da conceitualização sobre a noção de inconsciente. Já mostramos que o conceito de identificação, pelo seu pertencimento ao campo da psicanálise, exige a sua tematização e problematização, sem o que apenas faríamos afirmações genéricas. Nosso objetivo é o de

abordarmos o conceito de inconsciente, tendo em vista os aspectos que incidem de maneira significativa sobre o esquema da identificação.

De acordo com Costa (1989b), diante do desenvolvimento da teoria freudiana uma nova ordem de questões é colocada. O inconsciente não é mais o produto do trauma real e da dissociação da consciência. Não pode ser reduzido a noção de realidade psíquica numa versão conteudística. Tampouco pode ser concebido como "mera possibilidade de traduções alternativas de mitos sobre o passado do sujeito, excluídos passivamente da consciência". Como então defini-lo? Costa (1989b) discute a posição correspondente à virada dada por Lacan, a virada lingüística, que tentou uma definição, a do "inconsciente estruturado como uma linguagem". Naquela visão, parte-se da idéia do inconsciente entendido como um regime de funcionamento, um conjunto de regras que descreve, genericamente, como as representações pulsionais organizam-se sistematicamente sob a forma de condensação, deslocamento e dramatização, a lei dos processos primários. Esses processos, assimilados às figuras retóricas da metáfora e da metonímia fornecem os elementos básicos da virada lingüística de Lacan.

É importante notar que "quando aceitamos a idéia de linguagem como um conjunto de regras formais, que são a estrutura universal e elementar da experiência humana, esta aceitação é feita às expensas da dimensão do imaginário como elemento constituinte desta estrutura" (Costa, 1989b, pg. 156). Este é um dos pontos principais dessa argumentação: a crítica à autonomia do significante. O autor defende, a partir de Wittgenstein, a importância dos contextos significativos, a dependência da "lógi

ca do significante" em relação aos "jogos de sentido." O essencial, no caso, é mostrar que uma regra não funciona como regra por suas propriedades intrínsecas de regra. Uma regra é regra porque a empregamos como tal, em contextos significativos". (pg. 163).

Neste sentido ressalta o caráter apriorístico do simbólico. É feita a crítica à idéia de um simbólico transcendentalmente onipresente, ainda que sob o modo da "falta". Contrapõe-se uma visão em que se considera não existir linguagem fora do sentido ou fora do imaginário. Só se pode ter acesso à linguagem através dos "jogos de sentido". No entanto não é o caso de substituição da "lógica do significante" por uma eventual "lógica do sentido". Não se trata de buscar algo fundamental, ou o sentido ou o significante; não há algo que consista na "fundação" de todos os outros aspectos dos fatos lingüísticos. Assim, a linguagem é considerada como "instrumento que expõe e faz parte de uma "forma de vida" (Costa, 1989b). Nesta perspectiva a afirmação do "inconsciente estruturado como uma linguagem" é importante para os nossos objetivos.

> "Para entender que a palavra tem uma enorme força criadora ou potência fundadora na vida dos sujeitos não precisamos fazer dela um dom de Zeus ou do simbólico zeificado. (...). O que aparece como "sem sentido" é "sem sentido" para um sujeito e não sem sentido porque é da natureza do simbólico que ele seja uma cadeia de significantes sem significação" (Costa, 1989b, pg. 168).

A questão sobre a dimensão da significação do inconsciente incide diretamente sobre a conceituação do processo identificatório, onde a relação eu/outro constituinte da subjetividade se dá num espaço específico de representações inconscien

tes. Essa argumentação está diretamente vinculada ao que analisamos antes quanto à constituição da "realidade psíquica" de forma indissociável da "realidade externa". A "realidade psíquica", a realidade do inconsciente tem o seu fundamento numa linguagem cujo acesso só é possível através dos "jogos de sentido". Dessa maneira entendemos que o nível simbólico esteja comprometido com o nível imaginário enquanto elemento constituinte. O sujeito, por sua vez, se constitui num jogo identificatório, cujas "regras" são estabelecidas num determinado espaço contextual. Como vimos antes, as regras do jogo definem-se como tais pelo seu emprego em contextos significativos. Como então falarmos de realidade psíquica como uma entidade isolada? Como pensarmos numa realidade que seja independente do sujeito? Situamos o nosso ponto de vista na interseção entre um nível imaginário e um nível simbólico, não sendo nosso propósito o de privilegiar um desses níveis. O que nos parece ser verdadeiramente interessante é dar relevo, e é isso que o próprio conceito de identificação faz, a este ponto especial. A realidade psíquica é indissociável da realidade externa e o inconsciente marca o lugar desta injunção. Nosso objetivo é o de mostrar que para compreendermos a realidade psíquica é absolutamente indispensável termos em conta um nível histórico, vivencial, contextual por onde circula o jogo indentificatório.

Questionamos assim um caráter prévio, entendido como impessoal, às representações. O processo de identificação, a nosso ver, não se localiza seja na "exterioridade" ou na "interioridade". Com a concepção que se baseia na dissociação destes dois níveis, intersubjetivo e intrapsíquico, corre-se o risco de se retirar a complexidade e a importância do con-

ceito de identificação. Vimos nos capítulos anteriores que este conceito surge em Freud comprometido à articulação interior/exterior. O novo modelo do aparelho psíquico introduziu a noção de uma "periferia interna", supondo no próprio aparelho a existência de uma espécie de subestrutura para a qual parte do psíquico é como que estranha (Laplanche, 1987). Já vimos também que este modelo de "periferia interna" corresponde ao modelo do ego, resultante das identificações, "precipitados de experiências". O ego é "sede e centro de identificações; remete ao outro ser humano, inicialmente sob a sua forma mais elementar, a de uma forma unitária do outro, depois de modo cada vez mais elaborado. Enfim, se esboçarmos o sistema mais complexo que se elabora a partir dessa instância do ego, faremos entrar em jogo instâncias chamadas ideais, normativas (...) cuja origem e função social são evidentes. Essas instâncias são concebidas como uma diferenciação no ego" (Laplanche, 1987, pg. 244).

Com relação à formação do ego e dos ideais, penetramos finalmente no complexo identificatório, jogo de *construção histórica*. O ego, entendido como a forma pela qual o sujeito se representa, realiza essa construção a partir da transformação de aspectos fragmentários em direção a um sentimento de continuidade temporal.

> "O processo identificatório é a face escondida desse trabalho de historização que transforma o inapreensível do tempo físico em um tempo humano, que substitui a um tempo definitivamente perdido um discurso que o falou (...) É pela história da relação com seus objetos que o Eu constrói a sua própria. Porque ele não sabe que essa história não é aquela da psiquê em sua totalidade, ele pode continuar a ignorar a a-temporalidade e a imutabilidade dos objetos alvos pulsionais, para só conhecer e se re

> conhecer no movimento e na mudança próprios aos objetos, alternadamente, suportes de seus investimentos narcísicos e sexuais" (Aulagnier, 1984, pg. 175).

A subjetividade se constrói num espaço de realidade/espaço psíquico, dinamicamente relacionados que de certa maneira compõe um *pré-existente* à sua constituição. Vejamos como essa noção de pré-existência é conceituada, observando principalmente a sua oposição radical a um caráter de mera anterioridade abstrato-conceitual. Aulagnier (1984) se refere ao discurso do que ela denomina "porta-voz" dos enunciados identificatórios cuja apropriação é exigida ao Eu. Essa pré-existência consiste em um "*já-lá*" de um tempo vivido que precede o Eu, "que o Eu deverá poder pensá-lo, acreditar possuir a história" (pg. 180)

As representações do sujeito são construídas através dos enunciados identificatórios, "juízos" outorgados pelo "outro significativo". Nesses "juízos" vêm transmitidas regras de construção, regras que não são pensadas, enquanto tais, pelo outro. A essas regras, Bleichmar (1985) usa a denominação de "regras da enunciação identificatória". Estas "são adquiridas em acontecimentos cotidianos, aparentemente sem importância, e que por este mesmo caráter passam desapercebidas no papel essencial que possuem na estruturação do sujeito" (pg. 46). Se o sujeito as desconhece é porque estas regras constituem as próprias operações sob as quais formou-se o psiquismo. São operações do processo de identificação que precedem a representação do sujeito e que apontam para o papel do "outro significativo" junto a esse. Segundo Bleichmar (1985), o narcisismo de cada sujeito estrutura-se na dependência de um certo

tipo de configuração intrapsíquica que entra em intercâmbios com os sistemas narcisistas de outros sujeitos. Sua maneira de tratar a questão do narcisismo e da formação dos ideais, resultantes desses intercâmbios, parece-nos bastante apropriada por se caracterizar pelo interesse claro em contextualizar as origens das representações do sujeito, assim como pelo lugar dado em sua teorização à intersubjetividade.

Interessa-nos também, esse trabalho, o cuidado que se tem de evitar uma visão reducionista do papel exercido pelo outro na constituição do sujeito. Essa dependência é relativizada, analisada dentro de um limite que corresponde à possibilidade que o sujeito possui de criar inúmeras combinações diante dos enunciados identificatórios. Sendo assim este não é um processo de uma única direção, de fora para dentro, o que reduziria bastante a complexidade do problema, como temos demonstrado. Entretanto, é necessário sublinhar o papel inquestionável da intersubjetividade na gênese e no funcionamento do psiquismo. Este ponto de vista dá relevo à relação eu/objeto por onde circulam as representações inconscientes. A maneira pela qual conceituamos a noção de representação, dirige-nos a uma dimensão de sentido, contextual, que articula a realidade psíquica ao mundo exterior, e que aponta para uma significação produzida na linguagem enquanto "forma de vida". Temos como pressuposto a universalidade de determinados conceitos. Isto, porém, é muito diferente de imaginarmos que aquilo que é vivido pelo sujeito, o que define a sua estrutura esteja para além do que circula entre ele e os objetos na dimensão do desejado, vivido, experimentado.

Para tornar mais clara a nossa exposição, tomemos o

caso das patologias mais graves, especialmente o caso da psicose, onde a presença de um nível excedente de violência encontrada pelo Eu na sua relação com o "outro significativo" atravessa o seu caminho identificatório. Entendemos que no caso de uma formação delirante, o que está em jogo é uma tentativa de dar um sentido a uma violência "cometida", seja pelo discurso materno ou pelo discurso paterno. Consideramos estes discursos como inscritos na ordem do desejo daqueles, em relação ao sujeito, "determinando" o lugar a ser ocupado junto a eles. São os enunciados identificatórios mais básicos, que colocam como questão principal, a questão da origem do sujeito. Quando este enunciado falta, seja por um "não-desejo" (não reconhecimento deste filho como criação original), seja por um "desejo de morte", configura-se uma situação de violência insustentável para o psiquismo. O "desejo de morte" é expresso por enunciados incompatíveis com a existência do sujeito. Face a esta violência o sujeito pode tentar, se conseguir, dar um outro sentido a ela, pelo delírio, reinterpretando-a (Aulagnier, 1984). Deixemos claro neste ponto que a idéia de violência não nos remete às circunstâncias estruturais da constituição do sujeito. Pelo contrário, queremos marcar especificidade que nos permitam distinguir níveis de realidade.

Para que o Eu possa se pensar, preservar um acesso ao campo das significações, ele tem que poder atribuir uma causa ao seu vivido, ou seja, ele deve poder dar significação à sua origem, ao seu prazer e ao seu desprazer. Reconhecemos o papel da realidade histórica na subjetividade, realidade que remete a uma possível configuração do lugar que o sujeito vem a ocupar no desejo dos pais, estes "outros significativos" e que se expressam num vivido. Vivido este que pode ser insustentável, co

mo no caso da psicose. A realidade histórica se impõe, também sob outro registro, como discurso sócio-cultural onde o discurso dos pais deverá estar situado.

Tenho insistido na importância da dimensão do vivencial porque questiono que nos seja de utilidade teórica, para produzirmos conhecimento ou para exercermos a clínica psicanalítica, concebermos uma espécie de "Olimpo" por onde circulam as representações ou por onde se dá o processo identificatório. Se há algo que antecede o sujeito, não o são apenas as entidades teóricas. Estamos freqüentemente fazendo referência à realidade histórica, face do processo de identificação, o que necessita ainda de alguns esclarecimentos. Basicamente pensamos aqui na articulação entre o discurso parental e a realidade-sócio-cultural. Os efeitos da palavra materna e paterna estão "submetidos" a uma lei do discurso sócio-cultural, sócio-lingüístico. Nosso propósito tem sido o de tematizar a função metapsicológica desse registro. Aulagnier (1979, pg. 146) apresenta com extrema clareza quatro pontos essenciais ligados a esta questão. Vale a pena citá-los:

- A relação entre o casal parental e a criança leva sempre o traço da relação do casal com o meio social que o cerca; (meio social como um subgrupo cujos ideais são partilhados.

- O discurso social projeta sobre o infans a mesma antecipação própria ao discurso parental (mesma, no sentido do pré-investimento)

- O sujeito, por sua vez, procura e deve encontrar neste discurso, referências que lhe permitam se projetar num futuro, a fim de que seu afastamento deste primeiro suporte não se traduza

pela perda de todo suporte identificatório.

- O conflito que pode existir entre o casal e o meio corre o risco de confirmar, para a psiquê infantil, a identidade entre o que ocorreu na cena exterior e sua representação fantasmática de uma situação de rejeição, de exclusão, de agressão, de onipotência.

São dois níveis de discurso, que, por sua vez também se articulam, o discurso parental e o discurso social. Vimos que este último é indispensável para que o sujeito venha a sustentar, numa dimensão histórica, a referência do discurso materno ou paterno. O acesso a uma *historicidade*, que permite o acesso à *temporalidade* é o fator essencial da identificação. O sujeito deverá poder transferir parte do seu investimento narcísico sobre o meio social na perspectiva de um projeto futuro através dos ideais. Ideais que se baseam nos emblemas e papéis valorizados pelo discurso parental. É interessante colocar, como nos salienta Aulagnier (1979) que no caso de certas famílias de psicóticos encontramos a manutenção de um caráter fechado, de exclusão do discurso de fora. Evita-se o afrontamento direto com o discurso dos outros. Neste caso, o que se tenta é a preservação de um equilíbrio instável que produz no sujeito a impossibilidade de encontro com qualquer suporte fora da família. O sujeito se vê sem acesso à um projeto de "autonomia".

Acompanhando a dinâmica envolvida entre esses dois níveis de discurso, estamos diante de dois tempos de identificação. Dirigimo-nos aqui, como elemento marcante dessa passagem, à dissolução do complexo de Édipo, à castração simbólica.

O investimento dos emblemas identificatórios pressupõe o discurso do meio, não mais o discurso de um único outro. Esse investimento é coextensivo ao declínio do complexo de Édipo, instaurando uma mudança na problemática identificatória e na economia libidinal. Estamos diante da formação das instâncias ideais, cuja diferenciação ego ideal/ideal de ego nos interessa teoricamente como desdobramento dos dois tempos de identificação.

O ego ideal, caracterizado pela tentativa de recuperação do narcisismo infantil perdido, tem o seu protótipo na relação do Eu com o discurso parental, enquanto discurso *totalizante*. O ideal de ego remete-se à exterioridade, como algo que se coloca *diante* do Eu enquanto aspecto *parcial*. A sua vigência está na dependência que se passe de um *discurso totalizante* a um *discurso discriminante*. É uma instância nitidamente ligada aos problemas da lei e da ética. Está além de um personagem particular, é uma medida de avaliação, um vestígio da realidade do discurso social (Bleichmar, 1985).

O articulador principal deste eixo ego ideal/ideal de ego é a castração simbólica. Esta "não implica que um sujeito não possa ser visto como possuidor da máxima perfeição para um determinado traço, mas que não há ninguém que ocupe o lugar da plenitude imaginária" (Bleichmar, 1985, pg. 68). A gênese identificatória do ideal de ego consiste no complexo de Édipo. A sua "dissolução" ocorre, como sabemos, sob o impacto do complexo de castração. A consideração de um desdobramento da castração simbólica nos é sugerida por Bleichmar (1985) através da noção de "castração social". Sobrevém ao sujeito quando ele se dá conta dessa dependência dos pais em relação aos demais, *a algo que lhes é exterior*. Cria-se no sujeito uma dupla representa

ção de si, a outorgada pelo discurso parental e a adquirida "depois" por identificação com os pais *a partir de um terceiro*. Há um interjogo desses dois níveis de identificação engendrado pelo interjogo de duas modalidades temporais. "Em Freud, a somação de ingredientes ou de elementos (...) está submetida a efeitos diversos, temporais: efeitos de precipitação, efeitos de "tomada" e "retomada", "retomada de um elemento antigo que adquire uma nova significação" (Laplanche, 1988, pg. 53) É sob o termo de "posterioridade" que Freud agrupa esses "efeitos temporais", efeito de "iluminação retroativa". Entendemos que o processo de identificação está sujeito a este efeito, envolvendo simultaneamente diferentes registros de significação, de acordo com a posição que o sujeito ocupa nas relações com os outros, posição sempre permutável (Costa, 1984).

> "Só a força das identificações culturalmente normativas, impostas pelo princípio de realidade e pelos processos secundários impede o sujeito de derivar para o terreno do imaginário, onde o sentido da identidade é absolutamente subalterno ao princípio do prazer e aos processos primários" (Costa, 1984, pg. 85)

Vimos que o ideal do ego é a instância intrapsíquica que, de maneira exemplar funciona como "vestígio de realidade" na sua vinculação estreita ao discurso sócio-cultural. Entretanto, não consideramos esta instância fora do processo identificatório como um todo, o que seria simplificá-lo, no pior sentido. Já mostramos que esse consiste num complexo conjunto de operações que pressupõe diferentes níveis de significação dinamicamente relacionados. Utilizamos aqui a idéia do termo "posteridade", o efeito pelo qual um elemento antigo adquire uma nova significação.

Chegamos assim ao nosso ponto de origem, nossa questão a respeito da articulação interior/exterior. Acompanhamos o movimento do processo de identificação e percebemos, com clareza, que é absolutamente necessário postularmos como parte integrante do modelo da identificação, a exterioridade, o campo sócio-cultural. É justamente sobre este eixo que situamos o ego ideal/ideal de ego, discurso parental/discurso do meio, realidade psíquica/realidade externa, cujos termos são indissociáveis. Em torno dessa articulação o sujeito está, de forma sempre permutável, se posicionando.

4.2 - Discussão Clínica

A segunda parte deste capítulo consiste na análise de um caso clínico, na qual retomamos as nossas principais idéias e questões. Achamos também que uma articulação da teoria e da clínica se faz necessária para que tornemos mais consistente o nosso trabalho.

Obtivemos muitos dados importantes através do material clínico que vamos apresentar, com o qual tivemos a oportunidade de trabalhar numa situação de análise. Vários de seus aspectos, no entanto, não serão incluídos neste texto, já que não pretendemos abordá-lo senão sob os ângulos que incidem diretamente sobre o campo das identificações.

Escolhemos este caso específico por considerá-lo especialmente enriquecedor para o estudo de uma problemática identificatória. Por outro lado, o seu processo terapêutico que já vem ocorrendo há três anos, sempre nos instigou quanto à dinâmica que envolve a "realidade psíquica" e a "realidade externa", como veremos a seguir.

Tendo considerado o conceito de identificação como o modelo exemplar dessa articulação, vamos privilegiá-lo neste relato clínico. A nossa abordagem dirige-se à importância que damos aos enunciados identificatórios, tendo em vista a sua inscrição no discurso parental e no discurso sócio-cultural. Vemos também a força que podem assumir certos eventos vividos pelo sujeito no seu processo de constituição, quando considerados numa rede de significação particular. Constatamos que a

subjetividade se constrói num espaço de realidade, o que implica que se considere sujeito e realidade como termos indissociáveis.

A identificação, como o processo pelo qual o sujeito se constitui coloca necessariamente um outro na cena psíquica, "outro significativo", que por sua vez deve estar referido a um discurso de outros que coloca em cena a ordem sócio-cultural. É este jogo, de dois níveis identificatórios que vem a possibilitar ao sujeito o acesso à uma historicidade, à construção de um lugar para si.

Este caso clínico nos trouxe muitos elementos sobre a história do que poderíamos chamar de um fracasso identificatório que nos apontou para a relação eventos reais/eventos psíquicos, que não pode ser excluída da compreensão do processo identificatório em si. Nosso objetivo tem sido o de tematizar a "realidade externa" de um ponto de vista metapsicológico. Não nos referimos ao valor dos eventos reais a não ser como elementos integrantes do processo de identificação, elementos que são inseparáveis dos enunciados identificatórios, com os quais formam uma espécie de "tecelagem" (Aulagnier, 1984) que de tão estreita que é não pode ser desfeita, dissociando-se os seus elementos constituintes. Nosso acesso à essa tecelagem identificatória se dá pela atenção que dirigimos a alguns fragmentos desta história clínica que muito nos serviram na reflexão do tema desta dissertação.

S. faz parte de uma família de classe baixa, moradora de um subúrbio do Rio. Seu pai, que morreu alguns meses antes do início de seu tratamento, trabalhava como policial e a

mãe nunca trabalhou fora de casa. Ela é gêmea idêntica de uma das irmãs, cujo nome é quase igual ao seu, com a variação de uma única letra. Aliás, todos os filhos dessa família, seis homens e quatro mulheres, receberam nomes que são iniciados pelo mesmo prefixo. Ela trabalha num super mercado do bairro em que mora, onde ingressou logo após a morte do pai. Queria, na época, ter uma ocupação que pudesse ajudá-la a "esquecer" do fato, além de precisar do trabalho, financeiramente.

Tinha 23 anos quando nos procurou. Seu primeiro contato conosco foi intermediado por sua irmã mais velha. Seu pai havia falecido alguns meses antes e ela se encontrava muito deprimida, sem conseguir reagir a esta perda. Sua irmã mais velha tomou a iniciativa de procurar um tratamento para ela, pela preocupação que tinha com o seu estado psicológico. Segundo a irmã, ela apresentava um comportamento confuso, negando o fato do pai ter morrido. Além do estado depressivo, essa irmã tinha a impressão que ela parecia estar confundida com a figura paterna, tendo atitudes que expressavam uma certa "convicção" de poder exercer o papel do pai.

A intermediação da irmã foi necessária dada a situação emocional de S. que apesar de estar aceitando a idéia de um tratamento psicoterápico, não tinha condições, naquele momento de tomar a iniciativa de procurá-lo por si mesma.

A primeira entrevista foi realizada em duas partes, sendo a primeira delas com a presença da irmã. Posteriormente, ainda na mesma entrevista, já sozinha, ela pôde expressar como se sentia diante da proposta de tratamento, encarando-o, a princípio, como um desejo da irmã, ao qual ela poderia "submeter-se". No decorrer da entrevista constatou, ainda de manei

ra hesitante, que estava vivendo um momento difícil e foi podendo reconhecer que para ela própria o fato de receber uma ajuda poderia ser importante. Ainda assim, podemos dizer que os seus primeiros contatos na análise foram complicados para ela. Falava de si confusamente, sem se discriminar perfeitamente das outras figuras familiares e sem trazer diretamente a questão da morte do pai, explicitamente evitando o assunto.

Nas sessões seguintes, manifestou claramente a sua profunda depressão diante da perda do pai. Essa depressão era acompanhada da sensação de ter a sua identidade com a dele confundida. A partir de sua morte, passou a agir "como se fosse" ele, principalmente nas situações familiares, tentando reproduzir um comportamento de "chefe de família". Manifestava uma intensa preocupação com as atitudes dos irmãos, julgando-os e se sentindo no lugar de autoridade dentro da família. Este comportamento era claramente reproduzido na sua fala nas sessões de análise.Realmente sentia-se nessa função e procurava demonstrar a justeza de suas opiniões, sempre "em nome do pai" que estava ausente. Algumas vezes podia discriminar-se, sempre parcialmente, mas sem que deixasse de afirmar que deveria prevalecer na família o desejo do pai. O tema central de sua fala, durante muito tempo, foi referido à essa figura. Inicialmente, uma fala confundida com a do pai e paulatinamente, ela foi se defrontando com a idéia da sua morte ter realmente ocorrido, embora tenha por um certo período, mantido a fantasia de que a qualquer momento ele poderia reaparecer. Nessa época, vivia momentos de intensa angústia nos quais saía sem rumo, em direção a qualquer parte, imaginando um encontro com o pai.

Esta morte deflagrou um quadro melancólico, de identi

ficação com a figura do pai enquanto objeto perdido. O quadro da melancolia, como vimos antes, é próximo ao do luto, sendo que tanto a dor moral quanto a perda de interesse pelo mundo exterior é muitíssimo mais acentuado. Além dessa questão quantitativa há a presença da autoacusação, parte integrante do processo de identificação com o objeto perdido. Ocorre, que no seu caso, essa identificação se deu de forma parcial, preservando algum nível de relação com a realidade exterior. (Pelo menos duas circunstâncias já mencionadas nos dirigem a este pensamento: a procura de trabalho e posteriormente a sua aceitação de tratamento).

Para compreendermos este quadro teremos que nos reportar a outros dados que nos oferecem os elementos de análise, visando principalmente a sua abordagem dentro da perspectiva das questões que nos interessam. Temos em vista a investigação do seu percurso identificatório, tomado em algumas das suas faces mais importantes, que não podem ser compreendidas a não ser como dinamicamente relacionadas entre si. Ou seja, o jogo identificatório implica numa tomada e retomada de significações, o que impede uma análise que considere cada um de seus elementos, separadamente. Entretanto, teremos que fazer alguns cortes, para efeito de apresentação, cortes que são inevitáveis quando se trata de um relato.

S. não se comunicava facilmente nas sessões; estava ainda no início de seu tratamento e parecia sentir-se assustada diante dessa situação. Observamos que essa dificuldade de expressão refletia a sua estranheza diante da própria situação terapêutica, prática nada habitual no seu contexto social. Fazemos esta colocação, para além de um nível mais superficial,

de apenas constatarmos que ela poderia se ver constrangida na situação. Queremos salientar que foi bastante difícil para ela ambientar-se a esta prática voltada para a reflexão da sua subjetividade. É claro que não podemos perder de vista os aspectos de seu quadro clínico propriamente dito, bem como as suas implicações na transferência, que por si mesmos, já fornecem um nível de justificação para a sua dificuldade de se colocar diante do outro. Entretanto, necessitamos articulá-los a outro nível de análise para chegarmos à sua compreensão. Acreditamos, inclusive, que a demanda de análise pôde se efetivar, em grande parte, pela gravidade do seu estado psicológico, o sofrimento, que comprometia objetivamente o seu campo de atuação.

S. falava sempre muito baixo, mostrando também estranheza diante do fato de ter alguém querendo ouví-la. Esta sua atitude, a de falar tão baixo foi exaustivamente trabalhada na análise e pouco a pouco foi se construíndo a capacidade de usar a própria voz e de ser ouvida por alguém.

Ela falava de uma forte sensação de se envergonhar de sua própria presença, nas mais diversas situações. No trabalho evitava qualquer contato social para além das relações profissionais, já em si difíceis para ela. Tendia a um comportamento submisso junto a chefes e colegas e tinha sempre a sensação de não poder "aparecer", "chamar a atenção" em qualquer que fosse o grupo, inclusive o familiar. Cabe aqui observar que na família isso se dava de forma diferente, com menor intensidade. Queria permanecer restrita a este grupo onde se sentia um pouco mais tranquila. Evitava encontros outros de todo tipo e quando isso não era possível, permanecia sempre calada, jamais participando ativa ou diretamente.

Reportamo-nos à nossa colocação na parte anterior deste capítulo, ao caráter fechado de certas famílias que, de alguma maneira, excluem o discurso de fora, o discurso do meio sócio-cultural, o que funciona como elemento dificultador de um projeto de "autonomia" por parte do sujeito.

Transferencialmente, ela reproduzia esse comportamento, sempre solicitado que se falasse "por ela" para que se lhe indicasse um caminho. A situação terapêutica que visava lhe oferecer uma possibilidade de fala, nela produzia, a nosso ver, um efeito já em si mesmo. O fato de estar sendo ouvida, de um outro lugar, e que só ela poderia falar de si sem o que dela nada saberíamos, funcionava como um instrumento face à sua tendência de dar "lugar ao outro".

Nesse sentido, encontramos alguns elementos essenciais na sua relação com a irmã gêmea, tendo em vista a sua inserção no discurso parental. Pôde aparecer a vivência de "absoluta" confusão de identidades e a sua impressão de que apenas uma delas, no caso, a irmã, podia "existir". Muitos fatos foram contados que expressavam esta sensação de que, na verdade, o lugar era de uma só. S. parece ter se localizado numa posição de "sombra". Algumas vezes, referia-se aos momentos de encontro com a irmã gêmea onde a tomava como modelo de comportamento que lhe servia de orientação. Modelo este que não funcionava a nível apenas de um padrão de comportamento, mas principalmente que lhe orientava corporalmente. Assim, quando as duas se encontravam, as expressões faciais e corporais da irmã eram "imitadas" por ela, sem que a princípio tivesse consciência disso. Várias situações de sua história infantil foram mencionadas nas quais a família parecia também conside

rá-las como uma única pessoa.

Queremos enfatizar um aspecto já levantado por nós, a respeito do papel do "porta voz" dos enunciados identificatórios. O que S. nos traz é a sua vivência de não ter havido lugar para ela no desejo desses "outros significativos", convicção que ela adquire na falta de um enunciado desejante por parte desses, que pudesse lhe conceder um lugar "original". É como se no discurso parental ela não conseguisse ter se visto incluída, localizada enquanto ser singular.

Observamos, então, que no seu caso, o fato de ser gêmea idêntica da irmã, não pode ser tomado por nós como um aspecto irrelevante ou apenas coincidente. Por outro lado, não o consideramos como determinante, isoladamente. Necessariamente temos que referenciá-lo a esse discurso parental. A maneira pela qual ela se identifica com a irmã e se coloca diante desta como uma parte - parte sombreada - claramente coloca em jogo uma significação singular dessa "identidade física". Já mencionamos antes também que o desejo está introduzido na percepção da realidade exterior. Não faz sentido, nessa concepção, supor uma pura percepção da realidade que pudesse excluir a sua representação psíquica. A existência da semelhança física, a maneira pela qual ela está presente no discurso familiar enquanto referência básica de si, não pode deixar de ser considerada como elemento relevante. É de se notar, inclusive, a importância da identidade quase absoluta dos nomes atribuídos a cada uma delas, mais um elemento significativo nessa série de barreiras que encontramos na constituição de sua subjetividade.

Na continuação desta apresentação, veremos com mais clareza a dificuldade que S. encontra em lidar com a própria agressividade, sempre procurando escapar de qualquer confronto, bloqueando todo comportamento mais ativo. Por ora, entretanto, já podemos colocar que esta postura em relação à própria agressividade está também presente quando consideramos a figura dessa irmã. Neste nível de análise, o que nos parece é a procura que faz de preservar a irmã de um ataque que é vivido por ela como mortífero. Ataque que coloca a questão de que a existência de uma exclua a possibilidade de existência da outra.

Vejamos uma outra vertente do caso, através da figura da irmã mais velha, aquela que a trouxe inicialmente à análise, figura que na verdade nos remete e nos possibilita o acesso à sua relação com a mãe. Essa irmã é apresentada por ela como "substituta" da mãe, situação que, de início, ela explica como resultante de afastamentos significativos da mãe, em sua história infantil. Estes "determinaram" que a partir daí a irmã passasse a exercer a função materna. Quanto aos afastamentos, eram relembrados com muita angústia e as associações que a eles eram feitas remetiam à idéia de estar inteiramente só, num estado de desamparo, sujeita a riscos extremos.

A figura da mãe, de forma direta, foi, durante longo tempo, omitida de sua fala nas sessões e foi surgindo aos poucos, sempre em torno do caráter altamente precário dessa relação. Relembrava os afastamentos, onde o primeiro deles ocorreu quando a mãe ficou muito doente e teve de se afastar da família para poder se recuperar. A natureza da doença bem como o seu período de duração, foram sempre relatados de maneira muito confusa. Lembra-se, apenas de ser muito pequena, na oca

sião. O segundo afastamento teve a ver com o adoecimento de um de seus irmãos, o mais jovem, que novamente teve de ser levado, pela mãe, para longe, para ser cuidado.

Pareceu-nos significativo que a possibilidade de recuperação dessas doenças exigisse a saída das pessoas, principalmente a da mãe, do meio familiar. Chama a nossa a atenção que um episódio que coloca em cena a necessidade de um discurso extra-familiar, confunda-se com a experiência de abandono. Isso nos faz lembrar que quando o pai adoeceu, teve que permanecer no CTI de um hospital, onde veio a falecer. Durante esse período ele não pôde ter nenhum contato com a família. A fantasia de S. é que esta poderia ter sido a causa da morte, este desligamento da família que o deixou entregue a esse "perigoso" mundo de fora.

Para compreendermos o papel que a irmã mais velha assumiu na sua história, levamos em conta que este é indissociável do lugar materno, como já dissemos antes, mas um lugar marcado pela ausência. Este vazio, da ausência da mãe, não pode ser encarado senão em sua positividade, no seu caráter afirmativo. Iremos examinar melhor essa idéia quando pudermos articulá-la ao discurso paterno.

Ao abordarmos a questão das identificações, tendo em vista o lugar do outro na constituição da subjetividade, temos como pressuposto básico a importante noção de Freud do "estado de desamparo". A inicial dependência absoluta de outrem, condição inevitável do ser humano, dado à sua prematuração, o expõe à angústia diante da retirada de amor da pessoa de quem depende.

A significação que tomou em S. o abandono por parte da mãe, sugere-nos uma sensação de perda primária de amor, onde se sentiu perdendo simultaneamente o amor e a proteção básica contra todos e quaisquer perigos vindos do exterior. S. parece ter se visto exposta e assim se aderiu a essa outra figura, da irmã, que por sua vez só podia ser apresentada a ela como substituta da mãe, como recobridora da sua função. O mais complicado aqui é que inevitavelmente essa relação ficou também marcada pelo seu caráter onipotente e totalizante face à precariedade básica dos laços identificatórios estabelecidos. Não podemos deixar de reconhecer, por outro lado, que a presença dessa irmã mais velha na sua história foi de fundamental importância. Achamos, inclusive que de alguma maneira foi um elemento responsável por aquilo que ficou preservado e que garantiu algum investimento na sua subjetividade. Ainda assim, é marcante a dependência, o estado de "submissão" que caracteriza a relação dela com a irmã. Ela recoloca a questão da falta de discriminação que torna qualquer situação exterior, fora do espaço dual, extremamente ameaçadora.

Passamos à análise da relação de S. com o pai, outro ângulo do seu percurso identificatório. Inicialmente, a figura do pai dominava a "cena" de sua análise e era nela trazida numa aura de perfeição. Cada vez mais foi sendo revelado todo um outro lado que apontava para uma imagem extremamente violenta do pai. Ela se lembra das cenas infantis, onde freqüentemente a mãe era espancada por ele. Surge então a imagem do homem brutal, alcoólatra, que não podia controlar a própria agressividade. A maneira que ela conta a cena dos espancamentos transmite-nos um clima de extrema violência. De sua parte, um senti

mento igualmente forte de revolta e de impotência, que em função da própria intensidade, excedente à sua capacidade de elaboração, volta-se contra ela própria.

Nosso ponto de vista dirige-se também à reflexão das "conseqüências identificatórias" que se seguem a determinados eventos. De acordo com Aulagnier (1984) entendemos que a realidade de certos eventos tem o seu papel no percurso identificatório do sujeito. "Quanto mais o evento é objetivamente responsável pela intensidade e pela qualidade do afeto que ele provoca, mais a representação ideativa que o Eu se dá dele, será próxima da sua representação fantasmática, e mais o Eu terá dificuldades em colocar uma distância entre suas respectivas causalidades" (pg. 22)

Trata-se de certas "cristalizações fantasmáticas"que impedem ao Eu, o seu apoio num conjunto de outros pontos de referência para o acesso a um outro nível identificatório. Temos já alguns elementos para constatar que a função paterna, como função secundarizante vem resignificar a precariedade de um outro nível que lhe é anterior. Referimo-nos aqui principalmente a uma anterioridade lógica e não cronológica.

A figura paterna surge como lei que pela ausência da dimensão ética instaura a interdição da existência. A cena do espancamento, cena libidinizada, interdita o desejo de existir, interdita a sexualidade e o encontro de uma referência identificatória que introduza o sujeito na separação dos sexos e das gerações.

Novamente nos encontramos diante da questão da agressividade, no caso, do seu retorno em culpabilidade e do seu

efeito sobre o processo de constituição da subjetividade.

Para melhor compreendermos o jogo identificatório em questão, vamos nos colocar diante da cena que nos pareceu ser a mais básica, em torno da qual se engendram os seus diversos elementos. Trata-se da cena de espancamento, cena que coloca em jogo simultaneamente a violência e a sexualidade. Desdobraremos esta cena em três tempos. Esta forma de apresentá-la nos serve para a colocação dos diversos ângulos pelos quais podemos entendê-la. É, no entanto, essencial, não perdermos de vista o caráter indissociável do conjunto desses elementos.

Primeiro tempo: *"A mãe é espancada pelo pai"*

Vimos, anteriormente, que a figura materna foi significada na ausência , ausência que consideramos na sua atividade, a partir basicamente de dois níveis: a falta de um enunciado identificatório singularizante e a falta vivida enquanto abandono. Diante disto que podemos chamar um duplo acontecimento psíquico, supomos a presença de uma intensa agressividade dirigida a esta figura. Se "de início" ela se apresentava na sua forma ativa, logo se converte em passividade, pelo impossível que coloca ao Eu de conciliá-la com o amor e a dependência no seu referencial primário. Também pelo impossível que coloca ao Eu de contrariar esse não-desejo.

Por outro lado, a negação da existência da mãe, expressa na sua tentativa constante de mantê-la sempre à distância, se afirma. A existência é afirmada pela identificação que faz com este objeto de humilhação. A identificação se faz aqui pela via da desvalorização, da passividade, que "de novo" se liga à idéia de uma existência impossível. Note-se a impor

tância da passagem de um enunciado de "não existência" ao da "existência impossível". S. se identifica com a figura materna na sua fragilidade e vulnerabilidade. Quando assistia aqueles espancamentos tinha a sensação de algo insuportável que atingia simultaneamente e indistintamente as duas. Ficava muito confusa ao imaginar que deveria haver um culpado, mas quem seria? Seria ela própria? Entramos então no segundo tempo da cena.

2º tempo: *"O pai espanca a mãe"*

A figura paterna apresenta-se a ela, enquanto atividade que se confunde com a impulsividade sem controle, como figura onipotente, sem referência a qualquer normatização. Puro impulso que mais uma vez, ao colocar em cena a agressividade, a inscreve na ordem do mortífero. O pai, terceiro elemento da cena, surge instaurando uma lei insensata, a lei da violência sem mediação que não se situa numa dimensão ética.

Do ponto de vista teórico, com relação à dialética edipiana, a função paterna introduz ao mesmo tempo o desejo incestuoso e a sua interdição. No caso de S. esse movimento coloca questões importantes. O pai parece ter sido colocado no lugar daquele que interdita todo o desejo, desejo de existir. Remetemo-nos aqui novamente ao valor efetivo que tomam os eventos vividos, à violência "cometida" e às "conseqüências identificatórias" na constituição do sujeito.

Essa figura do interditor pode se transformar na figura do perseguidor, como nos indica Aulagnier (1984). Perseguidor que internalizado impõe a culpabilização, de intensidade proporcional à agressividade. Não percamos de vista que es

te segundo tempo da cena recoloca o primeiro como efeito retroativo. Nesse momento é com o pai que ela se identifica, no papel do agente da violência.

Terceiro tempo: *"Ela "é" espancada pelo pai"*

Aqui de novo ela se identifica com a figura da mãe, sendo que agora ela é aquela que sofre a violência, já tendo sido, por identificação, o seu agente. Neste momento da cena os dois níveis em questão articulam-se. Teoricamente podemos supor que o "já-lá" dos enunciados identificatórios se resignificam no seu "a posteriori", garantindo a permanência do caráter totalizante das identificações. Restringe-se assim a introdução de uma dimensão mais edipianizada, conforme o que já havíamos observado no segundo tempo dessa cena, sendo que aqui se acrescenta à identificação que faz com a mãe espancada o componente da culpabilidade que a faz "viver" a cena de forma persecutória.

O elemento perseguidor, internalizado como identificação, revela a dominância da face mais pulsional do superego, que como vimos antes, tem o caráter de uma lei colocada a serviço do processo primário. A agressividade, reprimida, é transferida para o superego convertendo-se em culpabilidade, o que vem a esclarecer também o próprio episódio melancólico, quando vem a se identificar com o pai como objeto perdido.

Entendemos que o sentimento de culpa esteja necessariamente ligado aos desejos incestuosos, que por sua vez, permanecem ativos no inconsciente. Encaramos a cena do espancamento como cena sexualizada, que introduz fantasias cujo eixo é o Édipo, e que reintroduzem a polaridade sadismo/masoquismo.

Freud aborda a questão em "Uma criança é espancada" (1919):

> O ser espancada constitui a confluência do sentimento de culpa com o erotismo. Não é somente o castigo da relação genital proibida, mas também sua satisfação regressiva, e desta última fonte extrai sua excitação libidinal (...) Mas esta já é a própria essência do masoquismo" (pg. 237)

Não desenvolveremos aqui a questão do masoquismo, reconhecendo, entretanto, que essa é uma vertente fundamental para a compreensão desse caso, como um todo, inclusive quanto às suas implicações no quadro da melancolia.

A falta de referência ao exterior enquanto referência normativa apresenta-se na precariedade do nível identificatório mais edipianizado, nível que abre o caminho da instância do ideal de ego. Seria a instância que de alguma maneira funcionaria como "vestígio de realidade". Sem a força das identificações culturamente normativas o sujeito tende a derivar para o terreno do imaginário e a comprometer o seu processo de construção subjetiva (Costa, 1984). As instâncias ideais dependem da mudança libidinal que a passagem pelo Édipo propicia. S. parece ter esbarrado sempre nesse discurso totalizante, cuja ultrapassagem coloca para ela uma questão de sobrevivência.

A partir da análise dessa cena, obtivemos uma maior clareza da força de determinados "acontecimentos" que simultaneamente envolvem a realidade psíquica e realidade externa. Dentre alguns episódios, relacionamos o da morte de um de seus irmãos, que imaginamos que poderá agora ser melhor entendido, depois do que já foi colocado. Esse irmão, um pouco mais ve

lho que S., morreu quando ela tinha 15 anos. Esse fato foi relatado como extremamente violento, pois se tratou de uma morte por assassinato. O irmão era visto por ela como extremamente ativo e independente, que enfrentava corajosamente a família, mesmo quando criticado. Agia de acordo com o próprio desejo, o que para ela vem a justificar o fato dele acabar sendo envolvido numa situação mortal. Inclusive, pelo interesse que sempre ele demonstrou pelo mundo, fora da família.

Vemos que ela estabelece uma equivalência clara entre o exercício do desejo próprio, desejo que se exerce no mundo, e a impulsividade que leva à morte. O irmão, envolvido num adultério acaba sendo assassinado pelo marido de sua amante. A relação entre este episódio e a cena do espancamento é inevitável. E por esta via podemos também entender como determinadas circunstâncias que vêm da "realidade exterior" são absolutamente indissociáveis da sua representação fantasmática, de como podem vir a reafirmá-la como "cristalização fantasmática".

Fica-nos também mais clara agora a sensação que S. tem de que sempre "alguma coisa" (de mal) vai acontecer, como se estivesse num permanente estado de risco. Esta sensação se torna mais forte e ameaçadora cada vez que ela se defronta com a impulsividade, seja a dela própria ou de algum outro. Impulsividade que é tomada por ela num sentido ampliado, o que a faz identificá-la em qualquer alteração de voz, em qualquer situação de maior intensidade, seja de prazer ou de desprazer. Em todas as ocasiões de festas ou reuniões que envolviam um número maior de pessoas juntas, sentia-se muito ansiosa ao ponto de ter que se retirar. A maneira encontrada de evitar "cor

rer o risco" era o isolamento que muitas vezes consistiu em "se esconder", ficar na posição de "sombra". Isso nos permitiu entender um pouco mais do seu silêncio tão freqüente nas várias situações onde estava presente. Não havia lugar para ela, e além disso, como nos diz, ela deveria sempre apenas ouvir, nunca falar, procurar não aparecer. Contava-nos que ao caminhar pela rua procurava também ficar o menos possível em evidência, vestindo-se sempre de uma maneira discreta e procurando manter uma peculiar rigidez corporal, nesse caso, procurando concretamente ficar escondida entre as outras pessoas. É bastante interessante, do ponto de vista transferencial, que também na situação de análise, inicialmente ficava nessa posição de "sombra". Até fisicamente quando entrava no consultório parecia nos observar e seguir o nosso ritmo corporal, sem que disso mostrasse ter consciência.

Com relação à sua aparência, sempre mostrou uma ausência de estilo próprio , sem que qualquer característica mais marcante pudesse ser "exposta". Assim, a sua feminilidade não podia aparecer, sendo praticamente ignorada por ela. Quanto a este aspecto, da sua identidade sexual, teríamos muito ainda a dizer. Entretanto, isso nos remeteria a outras tantas questões, o que inevitavelmente nos afastaria dos nossos objetivos nesta apresentação. O que queremos por ora ressaltar é a sua tendência de se apresentar o mais "neutra" possível sem demonstração de nenhum traço mais singularizante.

Nos momentos em que não lhe era possível manter a "neutralidade" e que se via diante dessas "alterações", ela parecia ter reencontrado uma "cena" da qual inexoravelmente ela

devia fugir. A nossa sensação é a de que ela procura manter-se "camuflada" na busca de uma garantia de sobrevivência. É importante perceber que este não é um recurso que ela utiliza apenas a partir do que vem de fora, do outro, mas também de si mesma. O possível "ataque", a ameaça que a coloca em risco vem ao mesmo tempo do interior, pela identificação que faz com a figura do perseguidor, pela culpabilização. Esse movimento toca exatamente no ponto que nos interessa e podemos ver nessa articulação clínica a articulação necessária entre dois níveis de realidade absolutamente indissociáveis.

O reencontro da "cena" recoloca a questão da ameaça de castração que pode tomar no sujeito o valor de uma representação mais arcaica, um "voto de morte". Como nos mostra Aulagnier (1984) "Desde então, cada vez que o sujeito é afrontado ao desejo, o seu e o do outro, ele torna a se colar ao identificado ao qual ele está preso, fixo, da mesma maneira que ele descobre que no registro do desejo ele só dispõe de um só modo relacional" (pg. 30). Trata-se da fixação de um enunciado identificatório, "cristalização fantasmática" referida a essa posição de "sombra", o que coloca em questão uma representação que se torna não-recalcável pela estreita "tecelagem" que faz com o enunciado identificatório.

A tentativa que faz de "se camuflar" coloca a questão de como a interdição colocada pela "castração simbólica" toma uma significação tal que todo o desejo, o desejo de existir fica interditado. A dimensão da lei fica a serviço do processo primário, como lei implacável. Qualquer movimento seu em direção a um projeto próprio parece recolocar a ameaça e várias são as situações da sua história onde percebemos este fun

cionamento.

Como exemplo, citamos a sua reação diante da vontade que tem de continuar seus estudos, projeto que vem a sentir como se representasse a quebra de um pacto, cujas conseqüências imaginadas são drásticas. Este projeto envolve a sua relação com a irmã gêmea, que agora retomamos já com mais elementos.

Num certo período, em torno de dois anos após ter iniciado a sua análise, recomeçou a estudar, o que parecia ser para ela alguma coisa fortemente importante. Pela primeira vez ela fazia um curso sem a presença da irmã. Até então tinham sempre freqüentado as mesmas escolas e turmas. (Aliás, as duas também trabalham na mesma empresa, em lojas diferentes, mas com cargos e salários equivalentes). Era também a sua primeira atitude em direção a algo que lhe interessava pessoalmente e que tinha um sentido de autodesenvolvimento e principalmente de "autonomia". A realização deste projeto, que colocava em jogo o seu desejo de existência naturalmente que produziu nela muita ansiedade, o que a fez interrompê-lo. (Veio posteriormente a retomá-lo). Paralelamente, nessa mesma época, recebeu no seu trabalho uma oferta de melhor cargo que acabou recusando e que muito a intranquilizou. A sua preocupação tinha a ver com o risco de se diferenciar dos "outros", imaginando perdê-los por se "destacar" deles.

Constatamos que a sua relação com a irmã gêmea, como já mencionamos, possui uma importância especial no seu histórico. Esta relação, assim como todas as outras que abordamos aqui, só pode ser compreendida se a situamos no conjunto das referências identificatórias.

Para finalizarmos esta apresentação, citamos um episódio marcante no seu percurso terapêutico. S. recebe no seu aniversário um telegrama enviado pela irmã mais velha. O texto deste telegrama era exatamente idêntico ao recebido por sua irmã gêmea alguns momentos antes. Ela nos fala da profunda ansiedade que sentiu ao presenciar a leitura do texto pela irmã, antes de abrir o seu próprio telegrama. Sentiu muito medo de que fossem iguais, sempre o tinham sido. Ao constatar que realmente eram iguais foi tomada por uma intensa frustração e indignação. Era a primeira vez que estranhava um acontecimento como este e principalmente a primeira vez que reagia ativamente solicitando a marcação e o reconhecimento de uma diferença.

Concluímos esta apresentação onde analisamos basicamente as dificuldades que S. encontrou na sua história psíquica, história identificatória. Para essa tarefa utilizamos o material que "construimos" no decorrer de seu processo terapêutico, do qual selecionamos apenas alguns dados.

Privilegiamos em nossa análise a dimensão de um campo vivencial por onde se dão as identificações e no qual o sujeito se constitui. Isto se dá pela via das relações que o Eu estabelece com esse "outro significativo" e com o discurso do meio, discurso sócio-cultural que o contextualiza.

Abordamos o processo de identificação como processo de construção histórica que o Eu realiza a partir dos enunciados identificatórios que necessariamente envolvem a história dele com os seus objetos. Esse processo implica na transformação que o Eu deverá poder fazer de "documentos fragmentários" numa construção histórica que venha a ele oferecer e aos seus inter-

locutores o sentimento de continuidade temporal. A identificação funciona como o elo que lhe possibilita vincular aquilo que ele é a um tempo passado e a um projeto futuro, cuja possibilidade transformadora está na dependência de que haja a "garantia" de manutenção de uma singularidade. (Aulagnier,(1984).

O que nos mostra o caso de S. é a precariedade desse sentido histórico, de continuidade temporal, cujas "garantias" são muito frágeis e o investimento num projeto de "autonomia" torna-se ameaça de perda de qualquer suporte, o que se confunde com a ameaça que a própria subjetividade coloca. Vimos que o enunciado que se torna básico é o da "existência impossível".

Fazemos referência à nossa análise da "cena do espancamento", que foi tomada nesse texto como aquela que, de maneira exemplar, mostra simultaneamente os principais elementos desta história identificatória. A análise desta cena, de alguma maneira, reúne os elementos que viemos abordando separadamente: o discurso materno marcado por uma dupla ausência e o discurso paterno marcado por uma lei "fora-da-lei", discursos que se articulam na própria violência que engendram. Violência que virá a atacá-la do interior pela identificação que faz com os personagens da cena que nela a inscrevem. Circuito fechado e totalizante no qual falta a ponte de acesso ao que lhe é exterior.

Através deste caso clínico pudemos também articular a idéia de que a "realidade psíquica" "tece" juntamente com a "realidade externa" uma trama por onde o sujeito se constitui. Observamos como a presença de certos eventos reais podem vir a "cristalizar" fantasmaticamente determinados enunciados identi

ficatórios. Foi esta a perspectiva pela qual olhamos para este caso, vendo com clareza que não podemos ter acesso à sua compreensão particular a não ser levando em conta também as fixações identificatórias de efeitos patológicos sobre um sujeito que se vê limitado no seu projeto identificatório, projeto de existência humana.

Nosso ponto de vista coincide mais uma vez com as colocações de Aulagnier (1984) a respeito da exigência de certas "condições" para que o sujeito enquanto ser desejante possa se constituir como tal.

> "(...)se é verdade que o desejo só se sustenta pela falta de seu objeto, é igualmente verdade que o Eu só pode sustentar a sua posição de desejante ocupando a de um demandante certo de que não faltará jamais objetos a demandar. É somente a esse preço que ele pode preservar seu acesso ao movimento, à mudança, à busca de outra coisa, que são os caracteres e as condições do "ser vivo"."
> (Aulagnier, 1984, pg. 175)

É essa a dimensão que procuramos resgatar na leitura que fazemos da teoria psicanalítica e na análise de um caso à luz dessa teoria. Pensamos que não nos serve apenas constatar abstratamente a função desejante, função representativa.Se perdemos de vista as condições de sua sustentação caímos numa visão idealista, subjetivista que queremos evitar. Por outro lado,se nos limitamos à reflexão sobre essas condições caímos no extremo oposto de um realismo objetivista. O nosso esforço na análise desse caso clínico consistiu na busca de uma forma de compreensão que considera sujeito e realidade como simultaneamente constituídos.

CONCLUSÃO

Abordamos nesta dissertação a importância do conceito de identificação na teoria psicanalítica, tendo em vista a articulação realidade psíquica/realidade externa. Com este objetivo, analisamos inicialmente o percurso de Freud a partir da entrada em cena do conceito de narcisismo que fornece a sua base de sustentação, abrindo também o espaço para pensar essa articulação. De qualquer forma, a questão não foi fechada no pensamento freudiano, onde encontramos nos textos desse período a sua tematização. A polaridade interno/externo é bastante explorada nesse momento teórico e exatamente por essa razão tivemos o cuidado de examiná-lo detalhadamente.

Vimos, em seguida, que o tema da identificação surge precocemente no pensamento freudiano e tivemos a oportunidade de acompanhar o seu desenvolvimento em direção à conquista de um lugar mais estratégico na teoria. Esta conquista é correlativa da colocação em primeiro plano do Complexo de Édipo e da mudança para a segunda tópica. Nesse modelo teórico é pela via das identificações que a partir da diferenciação do id, as instâncias psíquicas se especificam. Esta análise histórico-conceitual nos serviu para localizarmos o conceito no conjunto da teoria e principalmente para contextualizarmos teoricamente a origem das nossas questões.

A identificação, ao estar situada num registro necessariamente relacional nos permite uma reflexão sobre a noção de sujeito numa posição teórica comprometida simultaneamente com a questão da sua alteridade. Vimos que é no espaço psíqui

co que se dá o jogo identificatório, espaço cujo caráter inconsciente constitui a sua própria definição. Se a identificação tem como pressuposto a relação Eu/objeto, trata-se de uma relação que se dá ao nível de representações psíquicas. Entretanto, no nosso ponto de vista, isto não significa isolar o sujeito da realidade, pelo contrário, a função representativa está a serviço dessa vinculação.

Quando nos referimos à realidade externa temos em vista o fato desta ser indissociável da própria subjetividade; não consideramos a existência de uma realidade neutra, composta de coisas submetidas a uma pura percepção. O que a teoria psicanalítica vem a introduzir quando complexifica os mecanismos de constituição das instâncias psíquicas - o processo de identificação - é também a noção de realidade externa entendida como situada no campo da intersubjetividade.

O nosso interesse pela articulação realidade psíquica/realidade externa diz respeito aos elementos com os quais o Eu se confronta no processo identificatório e com os quais "tece" uma rede de significações que virá a configurar uma subjetividade singular. Queremos ressaltar o fato de que o sujeito se constitui enquanto tal na dependência de vir a ocupar um lugar determinado num discurso que se lhe antecipa. É pela via dos discursos que o sujeito constrói o seu encontro com a realidade. Mais uma vez deixamos claro que não há como pensarmos essa relação sujeito/realidade, a não ser pela mediação discursiva através da qual o sujeito obtém uma definição da realidade. "(...) Para o sujeito, a realidade nada mais é do que o conjunto das definições sobre ela formuladas, pelo dis

curso cultural" (Aulagnier, 1979, pg. 29).

Ao reforçarmos a função representativa, levando em conta as suas condições de sustentação, tornamos ainda mais consistente a importância de considerarmos a articulação interno/externo, articulação que pensamos ser a própria base da subjetividade. O sujeito se constrói pelas identificações que estabelece, o que coloca no interior do campo da subjetividade esse "outro significativo" ao mesmo tempo em que inscreve um discurso sócio-cultural. A questão da realidade não fica colocada na exterioridade do sujeito, mas é nele tematizável, metapsicologicamente, como representação identificatória. A nosso ver, isto significa claramente acentuar ainda mais o valor teórico da articulação que temos investigado. Não concebemos então a realidade psíquica como uma entidade isolada, fechada sobre si mesma, mas constituída a partir desses efeitos de encontro por via das identificações.

O processo de identificação consiste na construção histórica que o Eu realiza, construção do mundo externo em que possa se situar. "A representação do mundo, obra do Eu, é, portanto representação da relação entre os elementos que ocupam o seu espaço e, ao mesmo tempo, representação da relação entre esses mesmos elementos e o próprio Eu". (Aulagnier, 1979, pg. 20).

A formulação que apresentamos a respeito do processo identificatório nos serve para considerar a constituição da subjetividade dentro dos limites do *historicamente possível*. A respeito dessa condição temos em vista, por um lado, o papel dos enunciados identificatórios do discurso materno e paterno,

cujo caráter desejante não podemos perder de vista. Por outro, o papel do discurso sócio-cultural ao qual o sujeito poderá ter acesso mediante a referência que encontra no próprio discurso parental.

Nosso propósito nessa dissertação foi o de encontrar um caminho teórico que nos permitisse uma aproximação mais pragmática em relação à noção de sujeito, o que fizemos sem prejuízo da dimensão própria do campo psicanalítico. O processo de identificação nos interessou enquanto mecanismo que pode nos fornecer os elementos para a compreensão de *histórias subjetivas particulares*. Ou seja, tentamos construir uma teorização num nível mais genérico à serviço da possibilidade de acesso à singularidade.

Ao apresentarmos a análise de um caso clínico pensamos ter realizado este objetivo, quando utilizamos os elementos que viemos desenvolvendo teoricamente numa história particular. História de um fracasso identificatório que como vimos, colocou em cena vários níveis desse efeito de encontro, próprio dos fenômenos identificatórios. Ressaltamos, inclusive, o papel ativo de determinados eventos que ao "se combinarem" aos enunciados identificatórios vem a se significar como *acontecimentos psíquicos* que também compõem a história do sujeito.

Esse caso clínico pôde mostrar claramente a nossa forma de compreensão de uma história identificatória que se situa necessariamente num campo vivencial/contextual determinado.

Através do seu estudo constatamos que a patologia

que ele apresenta está implicada numa "impossibilidade" de acesso à realidade externa, no sentido da construção de um projeto identificatório. Dessa forma, este caso nos confrontou diretamente com a questão que nos propusemos a trabalhar.

Privilegiamos nessa dissertação, de caráter teórico-clínico, um ponto de vista segundo o qual a realidade histórica não se situa na exterioridade do modelo teórico da psicanálise, ao contrário, é constituinte desse modelo. Sem essa perspectiva cairíamos numa visão que nos parece ser absolutamente estéril, sem lugar para uma contextualização do sujeito, sem lugar para a compreensão da sua singularidade.

BIBLIOGRAFIA

AULAGNIER, P. A violência da interpretação. Rio de Janeiro, Imago, 1979.

——. L'apprenti-historien et le maitre-sorcier. Paris, PuF, 1984 (O aprendiz-historiador e o mestre feiticeiro - tradução amadora de Eliana Bayer).

BERCHERIE, P. Genèse des concepts freudiens. Paris, Navarin, 1983.

BLEICHMAR, H. O narcisismo - estudo sobre a enunciação e a gramática inconsciente. Porto Alegre, Artes Médicas, 1985.

COLONOMOS, F. L'identification chez Freud. In: Esquisses Psychanalytiques. nº 4, Paris, 1985.

COSTA, J. Violência e psicanálise. Rio de Janeiro, Graal,1984.

——. Narcisismo em tempos sombrios. In: Birman, J. (org.) Percursos na história da psicanálise. Rio de Janeiro, Taurus, 1988.

——. Psicanálise e contexto cultural. Rio de Janeiro, Campus, 1989a.

——. As sombras e o sopro: a psicanálise na era da linguagem. In: Birman, J. (org.) Freud cinqüenta anos depois. Rio de Janeiro, Dumará, 1989b.

FREUD, S. Extratos dos documentos dirigidos a Fliess (1950b [1892 1899]), In: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 1980.

FREUD, S. Los origens del psicoanalisis (1950a |1887-1902|). Madrid, Biblioteca Nueva, 1973.

——. A interpretação dos sonhos (1900) vol. IV, In: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 1980.

——. Três ensaios sobre a sexualidade (1905a). In: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 1980.

——. Fragmento da análise de um caso de histeria (1905b) In: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 1980.

——. Cinco lições de psicanálise (1909a). In: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 1980.

——. Análise de uma fobia em um menino de cinco anos.(1909b). In: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago 1980.

——. Notas sobre um caso de neurose obsessiva (1909c). In: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 1980.

——. A concepção psicanalítica da perturbação psicogênica da visão (1910a). In: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 1980.

——. Leonardo da Vinci e uma lembrança da sua infância (1910b). In: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 1980.

——. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental (1911a). In: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 1980.

——. Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (1911b). In: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 1980.

FREUD, S. Tipos de desencadeamento da neurose (1912). In: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 1980.

——. A disposição à neurose obsessiva (1913a). In: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 1980.

——. Totem e Tabu (1913b) In: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 1980.

——. Sobre o narcisismo: uma introdução (1914). In: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 1980.

——. As pulsões e seus destinos (1915). In: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 1980.

——. Luto e melancolia (1917). In: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 1980.

——. História de uma neurose infantil (1918). In: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 1980.

——. "Uma criança é espancada": uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais (1919) In: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 1980.

——. Além do princípio do prazer (1920). In: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 1980.

——. Psicologia de grupo e a análise do ego (1921). In: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 1980.

——. O ego e o id (1923). In: Edição Standard Brasileira. In: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 1980.

——. A negativa (1925). In: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 1980.

FREUD, S. Dostoievski e o parricídio (1928). In: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 1980.

GARCIA-ROSA, L.A. Freud e o inconsciente. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1987.

LACAN, J. Os escritos técnicos de Freud. 1953-1954, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1986.

LAPLANCHE, J., PONTALIS, J. Vocabulário de Psicanálise. Santos, Martins Fontes, 1970.

LAPLANCHE, J. Vida y muerte en psicoanálisis. Buenos Aires, Amorrortu, 1973.

——. A angústia (Problemáticas I), São Paulo, Martins Fontes, 1987.

——. Castração, simbolizações (Problemáticas II), São Paulo, Martins Fontes, 1988.

LO BIANCO, A.C. Questões para a teoria psicanalítica na Sociedade brasileira, In: Birman, J. (org.) Freud cinqüenta anos depois. Rio de Janeiro, Durmará, 1989.

MEZAN, R. Freud: a trama dos conceitos. São Paulo, Perspectiva, 1982.

NAZIO, J.D. Lições sobre os sete conceitos cruciais da psicanálise. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989.

NICÉAS, C.A. O objeto na intersubjetividade. In: Nicéias,C.A. e Birman, J. (org.) O objeto na teoria e na prática psicanalítica. Rio de Janeiro, Campus, 1984.

PERELSON, S. A noção de realidade psíquica. In: Birman, J. (org.) Freud cinqüenta anos depois. Rio de Janeiro, Duma-

rã, 1989.

VELHO, G. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: Individualismo e cultura. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC/RJ, fazendo parte da Banca Examinadora os seguintes professores:

PROF^{a}. DRA. ANNA CAROLINA LO BIANCO

PROF^{a}. DRA. CLAUDIA GARCIA

PROF^{a}. DANIELA ROPA

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 6 / 6 /1990

Eduardo Jardim

Coordenador dos programas de Pós-Graduação do Centro de Teologia e Ciências Humanas.